

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
ESCOLA DE GOVERNO PROFESSOR PAULO NEVES DE CARVALHO
Curso de Administração Pública

Lorena Fernandes Gontijo

**CAPITAL SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL: DESAFIOS DE
UMA DEMOCRACIA EM FORMAÇÃO**

Belo Horizonte

2018

Lorena Fernandes Gontijo

**CAPITAL SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL: DESAFIOS DE
UMA DEMOCRACIA EM FORMAÇÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Lazzarotti Diniz Costa

Belo Horizonte

2018

G641c Gontijo, Lorena Fernandes.
Capital social e participação política no Brasil [manuscrito] ; desafios de uma democracia em formação / Lorena Fernandes Gontijo. – 2018. [20], 67 f. : il.

Monografia de conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2018.

Orientador: Bruno Lazzarotti Diniz Costa

Bibliografia: f. 85-92

1. Capital social (Sociologia). 2. Participação política – Brasil. 3. Democracia – Brasil.. I. Costa, Bruno Lazzarotti Diniz. II. Título.

CDU 323.2(81)

Lorena Fernandes Gontijo

CAPITAL SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL: desafios de uma democracia em formação

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas.

Aprovada na Banca Examinadora:

Prof. Dr. Bruno Diniz Lazzarotti Costa

Prof. Dr. Bernardo Da Mata Machado

Prof. Dra. Juliana Lucena Ruas Riani

Belo Horizonte, 05 de dezembro de 2018

Ao Campo de Públicas e aos colegas de luta
que convivi ao longo desses anos. Nosso
Brasil, com todas suas deliciosas
peculiaridades, vai abrindo espaço para uma
gestão menos cinza e mais democrática.

AGRADECIMENTOS

Aos colegas do Campo de Públicas, que abriram os caminhos criativos em todo o percurso de minha graduação. Foram os inúmeros projetos em conjunto com as mais diversas regiões brasileiras que inspiraram a exploração da formação social de nosso país. Podemos e seremos mais justos e coletivos, com o trabalho de todos vocês.

Aos professores e funcionários da Fundação João Pinheiro, que contribuíram diariamente para a construção dos pensamentos teóricos e, também, foram os responsáveis por sábios conselhos para a prática da profissão e para a vida. Foram quatro anos de graduação que me fizeram brilhar os olhos pelas práticas participativas e pelas inúmeras possibilidades de nosso país tornar-se mais democrático, com toda sua diversidade. Em especial, ao Bruno Lazzarotti que pacientemente me orientou pelos caminhos que dão cor a estes papéis.

Aos meus queridos amigos Clarissa, Eider, Luiza e Mariana, com os quais enfrentei todas as etapas desse momento final lado a lado. Compartilhamos medos, aflições e inseguranças, mas cá estamos: formados! Obrigada por todos os dias dessa amizade, os difíceis que passaram e os alegres que estão por vir.

À minha amada família que, não diferente de toda a vida, deu apoio e amor incondicionais durante os meses de realização deste trabalho. Pai Hermano, mãe Paula, irmão Felipe e vovó Zezé são a tranquilidade que torna possível o foco para a finalização dessa importante etapa.

Ao Felipe, companheiro em absolutamente todos os momentos, mesmo a centenas de quilômetros. Este estudo não estaria tão interessante não fossem os conselhos, correções, dicas e ajudas. Lhe agradeço imensamente por isso, mas ainda mais pelo amor leve de todos os dias, pela paciência em todos os momentos, pelo abraço gostoso que tranquiliza qualquer ansiedade. As noites viradas nas planilhas foram muito melhores com o carinho de sua companhia e vislumbrar o trabalho finalizado será, sem dúvidas, incrível com você.

Nem tanto o desencanto crítico que conduz a um primado cego do individualismo como valor absoluto; e nem tanto o primado igualmente cego da sociedade e do coletivo, que esmaga a criatividade humana e sufoca o conflito e a chama das contribuições pessoais.

Talvez algo no meio. Algo que permita ter um pouco mais da casa na rua e da rua na casa. Algo que permita ter aqui, neste mundo, as esperanças que temos no outro. Algo que permita fazer do mundo diário, com seu trabalho duro e sua falta de recursos, uma espécie de carnaval que inventa a esperança de dias melhores.

Roberto Da Matta, 1984

RESUMO

A participação cívica dos cidadãos, seja em suas comunidades, seja frente ao Estado, desperta discussões acerca dos fatores que possam potencializar ou esgotar essa postura. O capital social tem se apresentado como um importante aspecto nesse cálculo, uma vez que cidadãos mais mobilizados com suas redes e com perspectivas de atuação a partir da cooperação coletiva podem ser capazes de criar sociedades mais democráticas e justas. O presente trabalho busca compreender as relações entre o capital social e a participação política no Brasil, tendo em vista as diferentes características socioeconômicas dos cidadãos e, além disso, os fatores que influenciaram a formação social do país. Foi realizada análise teórica e histórica dos autores relacionados ao tema, além da exploração de dados da sexta onda do World Values Survey para o Brasil. Foram escolhidos indicadores para abordar as formas *bonding*, *bridging* e *linking* de capital social, tendo como objetivo a observação do comportamento dos brasileiros em suas relações na esfera doméstica, local e institucional. Também foi foco da análise o recorte a partir de três características socioeconômicas, sendo elas a classe social, a faixa etária e o nível de escolaridade. Foi observado que, de fato, existem diferenças de participação e mobilização de redes a partir dos fatores socioeconômicos. Também pode-se dizer que os aspectos de formação social do país impactam de certa forma como o brasileiro lida com a esfera doméstica em comparação com a participação política institucional. Foi possível identificar um retrato da participação e do capital social na sociedade brasileira, ficando questionamentos para futuros estudos acerca das possíveis atuações do Estado no desenvolvimento dos cidadãos nessas esferas.

Palavras-chave: capital social; participação política; democracia; formação brasileira; classe social; faixa etária; escolaridade.

ABSTRACT

The civic participation of the citizens, whether in their communities or in front of the State, arouses discussions about the factors that can enhance or exhaust this position. Social capital has been presented as an important aspect in this calculation, since citizens more mobilized with their networks and with perspectives of action from collective cooperation may be able to create more democratic and fair societies. The present work seeks to understand the relations between social capital and political participation in Brazil, considering the different socioeconomic characteristics of the citizens and, in addition, the factors that influenced the social formation of the country. A theoretical and historical analysis of the authors related to the theme was carried out, as well as the data exploration of the sixth wave of the World Values Survey for Brazil. Indicators were chosen to deal with the bonding, bridging and linking forms of social capital, with the objective of observing the behavior of Brazilians in their relations in the domestic, local and institutional spheres. It was also the focus of the analysis the cut from three socioeconomic characteristics, being they the social class, the age group and the educational level. It was observed that, in fact, there are differences of participation and mobilization of networks from the socioeconomic factors. It can also be said that the aspects of social formation in the country impact to a certain extent how Brazilian deals with the domestic sphere in comparison with the institutional political participation. It was possible to identify a picture of participation and social capital in Brazilian society, being questioned for future studies about the possible actions of the State in the development of citizens in these spheres.

Keywords: social capital; political participation; democracy; brazilian society; social class; age group; schooling.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	19
2 ANÁLISE TEÓRICA.....	21
2.1 EXPLORANDO O CONCEITO DE DEMOCRACIA.....	21
2.2 EXPLORANDO O CONCEITO DE CAPITAL SOCIAL	27
3 O CONTEXTO BRASILEIRO	35
3.1 A FORMAÇÃO SOCIAL DO BRASIL	35
3.2 OS ASPECTOS DA REDEMOCRATIZAÇÃO.....	43
4 MENSURANDO CAPITAL SOCIAL NO BRASIL	53
4.1 METODOLOGIA DE ANÁLISE	53
4.2 DIMENSÃO BONDING: RELAÇÃO COM LAÇOS PRÓXIMOS.....	63
4.3 DIMENSÃO BRIDGING: RELAÇÃO COM A COMUNIDADE LOCAL.....	66
4.4 DIMENSÃO LINKING: RELAÇÃO COM O GOVERNO.....	72
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
6 BIBLIOGRAFIA	85
ANEXO A – Questionário World Values Survey (2010 – 2014)	89

1 INTRODUÇÃO

A evolução da sociedade brasileira passou por momentos de descobertas e ressignificações com o passar das décadas. A democracia fora estabelecida, retirada e recriada algumas vezes ao longo de sua jovem história no país, com adaptações que não muitas vezes tiveram o mesmo sucesso. Nesse processo, diversas experimentações democráticas foram realizadas para que se tentasse aprimorar a experiência de participação popular brasileira. Em relação a essas inovações e a capacidade de mobilização e fortalecimento de redes da sociedade – o chamado capital social –, surgem alguns questionamentos.

Por exemplo, porque determinados grupos se comportam de forma distinta frente à participação? Porque inovações democráticas semelhantes têm efetividade distinta? Por que em determinados contextos essas inovações têm funcionado de forma mais aberta à sociedade civil e em outros o Estado têm capacidade menor de cooptação dos agentes sociais? Por que determinadas inovações democráticas são frequentadas por cidadãos sem prévia participação em setores organizados da sociedade civil ao passo que em outras experiências são ocupadas majoritariamente por movimentos sociais previamente organizados e constituídos? A compreensão dessas questões passa por caminhos diversos e ainda é fundamental para que se possa aprimorar as experiências. No presente trabalho, as perguntas servem para motivar um primeiro passo no complexo estudo da sociedade brasileira.

Um passo proposto neste trabalho é explorar as conceituações acerca da democracia percorridas na história, além das significâncias de capital social percebidas nas sociedades, ambas por diversos autores. Em seguida, valendo-se dos aspectos de formação social do Brasil a partir de diversas óticas, é feita a uma breve observação das análises dos intérpretes do povo brasileiro para subsidiar os entendimentos de coletividade e participação com as peculiaridades do país. A partir disso, busca-se observar como se deu tal evolução no contexto brasileiro no período posterior à redemocratização e como a população se comportou nesse novo cenário. Nesse sentido, pretende-se entender se a formação social e as características cívicas do povo brasileiro teriam impactos em sua relação com os demais atores sociais. Por fim, o objetivo é realizar um retrato de alguns aspectos que definem o capital social no Brasil, com foco nas divergências entre os perfis sociais.

A partir de uma análise bibliográfica busca-se compreender a literatura do tema. Para a observação prática, foram utilizados os dados da sexta onda do World Values Survey,

realizada em 2014 com 1486 brasileiros. A análise foi focada nos indicadores que explanam as relações de capital social, além de seu cruzamento com características de perfil socioeconômico dos respondentes. Foram escolhidas três dimensões para direcionar o estudo: *bonding*, *bridging* e *linking*. Respectivamente, elas apresentam o retrato das relações nas esferas doméstica, local e institucional. O resultado encontrado permite a observação da situação recente do país nos aspectos cívicos de relacionamento e participação e, principalmente, como se comportam diferentes grupos dentro das dimensões escolhidas.

2 ANÁLISE TEÓRICA

2.1 EXPLORANDO O CONCEITO DE DEMOCRACIA

O presente trabalho dialoga com os entendimentos acerca do que é, de como foi criada e de como funciona a democracia. A análise do comportamento participativo da sociedade e de sua capacidade de criar e cultivar redes perpassa pela forma como o governo se organiza e pretende atender as demandas do povo. Para tal, será realizada uma breve exploração do conceito da democracia e de sua abordagem por alguns autores, afim de subsidiar o estudo acerca da realidade brasileira.

Por democracia, entende-se o modelo de organização política fundado nas decisões coletivas, que visa sintetizar as necessidades sociais. São suas premissas teóricas que sustentam a legitimidade do Estado sobre a liberdade individual. Seu papel é fundamental na estrutura dos Estados que adotam tal sistema, apesar dos limites e dilemas que permeiam sua prática.

Apesar das problemáticas que serão abordadas mais à frente, a democracia representa produto do desenvolvimento das práticas políticas do homem, sendo difícil sua substituição por outros modelos antecedentes que, em sua maioria, são marcados pela tirania (Bobbio, 1986, p. 09-10). Relembra lamentavelmente nos dias atuais, a crise de existência deste modelo ocorrida na Alemanha entre Guerras foi sustentada pelo próprio sistema democrático à época, podendo o mundo inteiro observar as possíveis falhas que poderiam existir (Caenegem, 1995, p. 331). Aqui nos cabe a famosa conclusão de Winston Churchill quanto a esse modelo, quando diz que “a democracia é a pior forma de governo imaginável, à exceção de todas as outras”.

A partir dessas definições e da escolha pela adoção da democracia, surge a necessidade de cada sociedade criar procedimentos decisórios que irão guiar as escolhas coletivas. Assim, são resultantes desse processo tanto as normas jurídicas quanto os instrumentos de controle social, sendo essa uma realidade da maioria das nações civilizadas (Dahl, 2012, p. 339).

Partindo da Grécia Antiga, a palavra democracia se originou da junção de demos (povo) e kracia (governo). Naquele contexto, havia uma democracia direta exercida em um

espaço restrito e determinado na forma de assembleias decisórias. Porém, na prática, não era considerada a totalidade do povo naquele sistema, o que o caracterizava como excludente uma vez que apenas os cidadãos (homens atenienses maiores de vinte e um anos) eram passíveis de usufruir dos direitos civis. De qualquer maneira, o corpo político ali presente era formado por membros considerados absolutamente iguais, porque todos eram livres. A liberdade, segundo Aristóteles, representava o princípio da prática democrática. Apesar das restrições que abrangiam, inclusive, o poder econômico e a capacidade de instrução de cada cidadão, a democracia grega foi capaz de influenciar positivamente no desenvolvimento humano acerca das organizações de governo. Além disso, já havia também mecanismos interessantes de responsabilização dos ocupantes de postos políticos, com fiscalização e prestação de contas.

A partir dessa análise, é possível concluir que a democracia dos antigos era restrita tanto no sentido da exclusão explícita de parte da população quanto pela segregação daqueles que detinham o direito de participar, porém não usufruíam dos direitos políticos ou dos bens produzidos. Por mais que fosse assegurada no plano formal a participação igual de todos os cidadãos, a prática do sistema demonstrava certos limites de abrangência e realização.

Uma guerra que iria se alastrar seria responsável pelo fim do regime democrático na Grécia Antiga, sendo esse sistema excluído do cenário político nas civilizações por um extenso período. Ao longo de toda a Idade Média, que fora guiada pelos ideais absolutistas que sustentavam os governos despóticos, os preceitos democráticos permaneceram fora de cena.

Apenas dali cerca de vinte séculos o constitucionalismo moderno faz ressurgir o ideal da democracia nas discussões federalistas, porém com uma concepção que se diferenciava da ideia grega de democracia direta. De acordo com tais pensadores, a única maneira viável de aplicar o regime democrático na realidade dos estados modernos seria por meio da representação.

Mais adiante, nos séculos XVII e XVIII, ocorreria o grande desenvolvimento do pensamento democrático. A partir de ideias iluministas e liberais presentes nas revoluções burguesas, a democracia assume a estrutura do poder coletivo, sustentada no contrato social que legitimava o Estado e no capitalismo vigente. Se, a princípio, o ideário liberal era contrário aos direitos abrangentes da democracia, logo ele passaria a sustentar a noção de

propriedade privada dos cidadãos. Democracia e liberalismo se uniram para dar forma à concepção da democracia liberal.

As bases desse pensamento estão nos estudos de John Locke, que, tendo como cenário a sociedade inglesa, defende o Estado como autoridade baseada na igualdade. Isto era sustentado na necessidade de limitar a própria liberdade individual de maneira equânime em prol da proteção e da segurança da propriedade privada. Para Locke, a igualdade natural humana estava apoiada no trabalho e o Estado deveria assegurar tal reprodução, evitando desigualdades resultantes da ganância do excedente. Os estudos de Locke representavam as ideias burguesas que foram marcadas pela revolução gloriosa de 1688, portanto mostravam a necessidade implícita de uma reconstituição da ordem civil no que tangia o garantimento da propriedade.

A igualdade, além de se manifestar no plano econômico, também se tornou presente no campo político. Um exemplo disso era a restrição do sufrágio aos detentores de propriedade na Europa do século XIX. Os mesmos princípios liberais que guiavam essa prática também impediam operários de realizar greves - prática hoje amplamente defendida com justificativas democráticas.

De fato, o pensamento liberal em sua essência era discriminatório, porém o ideal de igualdade trazido por ele causou diversas inquietações e legitimou comportamentos de classe, como coloca Cerroni:

“...ao liberalismo a proclamação do princípio geral da igualdade de ‘dignidades’, que abre as portas a todas as ulteriores reivindicações universalistas dos direitos. É por isso que o liberalismo, sem promover esta reivindicação, acaba por torná-la possível e posteriormente a acolhe” (1993, p. 63).

Portanto, a teoria liberal não surge como teoria democrática, mas alcança esse status após acolher demandas sustentadas pela sua própria teoria. A ideia de igualdade trazida pelos liberais tem grande relevância histórica, apesar de não ter sido amplamente aplicada ou viabilizada quando se diz respeito à prática. Tal igualdade do pensamento liberal é aquele que prevê as iguais oportunidades e não os iguais destinos, sendo possível a cada um ser reconhecido pelas desigualdades.

Apesar de todas as disparidades que pensamento liberal e democracia encontram no primórdio de sua articulação, com o desenvolvimento das ideias e convergência quanto ao ponto do indivíduo a democracia liberal passaria a ser formulada. Dessa maneira, é possível afirmar que a adequação do liberalismo às reivindicações dos mais diversos grupos pôde resultar não só na democracia, mas também nas regras do jogo que iriam viabilizá-la garantindo a livre competição.

Essa relação paradoxal é bem elucidada por Norberto Bobbio, quando coloca que:

“Ideias liberais e método democrático vieram gradualmente se combinando num modo tal que, se é verdade que os direitos de liberdade foram desde o início a condição necessária para a direta aplicação das regras do jogo democrático, é igualmente verdadeiro que, em seguida, o desenvolvimento da democracia se tornou o principal instrumento para a defesa dos direitos de liberdade” (1993, p. 44).

De acordo com Bobbio, a democracia seria um produto natural do Estado liberal principalmente pelo caráter de sistema que segue a soberania popular e não pela igualdade por si. Isto somente seria possível caso fosse dado a cada vez mais cidadãos o direito de participar da vida política, direta ou indiretamente, tomando parte nas decisões coletivas.

É possível analisar que a democracia moderna já nascera na forma da democracia representativa. A representação política por parte daqueles escolhidos deveria sustentar os interesses coletivos e não os individuais. Ao mesmo tempo, a democracia direta era rejeitada pelos teóricos da época, como coloca Montesquieu (1748): “o povo era excelente para escolher, mas péssimo para governar”.

Porém, para Bobbio (1979), um sistema de democracia verdadeiramente representativo nunca existiu, tendo este que sempre prestar contas a um Estado administrativo que era caracterizado por obedecer uma lógica de poder descendente, secreta, hierarquizada, imóvel e conservadora. O sistema representativo apresentava claros limites dentro do capitalismo, sendo necessário criar mecanismos para aperfeiçoá-lo e torná-lo de fato equivalente à sua teoria mesmo nas condições capitalistas que por vezes impunham barreiras na efetividade da democracia.

Também em meio às revoluções burguesas pelas quais a Europa do século XVIII passava, Jean Jacques Rousseau (1762) traz uma visão diferente de Montesquieu, abordando a importância da democracia direta. O Estado seria o mediador das demandas desiguais na busca da igualdade, trazendo à sociedade o resgate do princípio de bondade da natureza do homem e apaziguando o caráter perturbador dos problemas da civilização. A solução destas questões seria justamente estabelecer um contrato dando legitimidade ao Estado para essa tarefa, baseando-se na igualdade e na liberdade dos seres racionais submetidos à lei - não a liberdade do estado animal. Aqui, o Estado não se refere a uma única instituição, mas a toda organização social onde é realizada a convivência e são estabelecidas as regras que favorecem a vontade coletiva. Tal instituição na realidade era o governo, que tinha o dever de executar o que era acordado.

Sendo a igualdade plena inalcançável, Rousseau admitia que o dever do Estado era, pelo menos, regular as desigualdades, como pode-se observar na seguinte conclusão: “Tal igualdade, dizem, é uma quimera do espírito especulativo, que não pode existir na prática. Mas, se o abuso é inevitável, segue-se que não precisemos pelo menos regulamentá-lo?” (1762). Ou seja, por mais que existam desigualdades no campo econômico, estas não devem se transpor ao campo político. A igualdade que deve ser alcançada, para Rousseau, é aquela que remete à bondade intrínseca da natureza do homem.

Nesse sentido, o autor faz críticas ao sistema representativo no que diz respeito à impossibilidade de os representantes eleitos colocarem em prática as vontades populares. A solução para esse limite era a participação popular na democracia, de forma direta e individual, que teria caráter educativo ao incentivar que cada cidadão fosse responsável pelas escolhas sociais.

A evolução complexa das civilizações mostrou que as proposições de Rousseau eram problemáticas e uma democracia direta seria impraticável. As condições de aplicação desse sistema eram muito específicas e difíceis de serem reproduzidas. Porém, as premissas de educação política por meio da participação estabelecidas pelo teórico puderam guiar o desenvolvimento do conceito de democracia. Democracias representativa e direta devem ser complementares na construção dos mecanismos de evolução deste regime.

Caminhando para os séculos XIX e XX, com novos dilemas econômicos e políticos, surge a necessidade de ampliar a democracia para além da dualidade colocada no século

XVIII e no sentido de garantir o mínimo bem estar da população. De acordo com Bobbio (1987), era a expansão da democracia para o enfrentamento das desigualdades sociais que passava a se tornar necessária. Quanto maiores as diferenças econômicas, maiores as desigualdades na esfera política, tornando a democracia menos efetiva. Com isso, cresce significativamente o número de eleitores e de participantes nas esferas de discussão e decisão política, além de aumentar também a variedade de perfis socioeconômicos nestes espaços.

Ao longo dos anos que se seguiram, foi conquistado o direito ao voto universal, criados os sindicatos, organizados os partidos de massa e inseridos nas Constituições os mecanismos de participação que iriam garantir o funcionamento da democracia. Tais avanços caminharam para o aumento das demandas por infraestrutura social e pela oferta de bens públicos, além do maior poder de negociação entre diferentes classes para o alcance de melhorias na qualidade de vida. Também o advento da terceira revolução industrial foi fundamental para essa mudança no papel do Estado, uma vez que ofertar políticas sociais passa a ser necessário para aqueles que têm dificuldades em ingressar o mercado de trabalho formal.

O aperfeiçoamento contínuo da democracia fora fundamental nesse processo, pois permitia que o Estado fosse cobrado e pressionado. Tais avanços foram a base para a consolidação do chamado Estado do Bem Estar Social, que se apresentou como uma resposta a uma demanda vinda “de baixo” (Bobbio, 1986). Corroborando com essa análise, citamos Cerroni (1993): “O Estado de Bem Estar Social cresce sobre a onda de grandes reivindicações e, por isso, também constitui uma resposta cautelar às grandes agitações verificadas após a primeira guerra mundial”.

Por bastante tempo, estas políticas sociais serviram para apaziguar as democracias dos países de primeiro mundo ao mesmo tempo em que perpetuavam e fortaleciam o capitalismo. Porém, elas passaram a se tornar insustentáveis tanto pelo lado do capital que as financiava quanto pela decadência na força de trabalho (Offe, 1991). Este processo foi responsável por diminuir o tamanho do Estado, com uma redução nos investimentos em programas de assistência social, mesmo que em taxas menores do que era esperado e com os gastos públicos permanecendo em constante alta.

Com as mudanças ocorridas no século XX, apesar dos benefícios do Estado de Bem Estar Social, foi possível concluir que a democracia existia de fato apenas para alguns

cidadãos, sendo uma outra parcela resguardada apenas com o direito formal. Tal situação agravou-se ainda mais com a ascensão do neoliberalismo, que reduziu a abrangência das políticas sociais que já se encontravam escassas. Assim, o Estado fica mais distante do cidadão, enfraquecendo a esfera cívica. Neste processo, a democracia busca se consolidar sem ameaçar os princípios fundamentais do capitalismo.

O constitucionalismo contemporâneo entende a democracia com dois aspectos a serem trabalhos, sendo eles o formal e o substancial. O primeiro consiste no procedimento democrático por si, no processo pelo qual as demandas passam até serem colocadas em prática. Isto é referendado por mecanismos como o voto, por exemplo. O segundo diz respeito a que matérias poderiam ser submetidas ao processo democrático, já que se entende que nem todas as questões deliberadas tem resultados de fato democráticos quando não consideram os direitos fundamentais. Em resumo, o aspecto formal consiste no conjunto de instituições características deste regime, o estabelecimento dos meios pelos quais a democracia é exercida. Já o substancial diz respeito não aos meios, mas aos fins alcançados, destacando-se a efetiva, e não apenas a ideal, igualdade jurídica, social e econômica. (Bobbio, 2000)

A partir de todas essas análises, a democracia coloca-se como ponte de diálogo entre a sociedade e o governo. As peculiaridades da população irão ditar como ela irá se organizar na busca das demandas e as gestões governamentais irão definir as ferramentas de participação e o nível de abertura para a opinião do povo. Dentro desse processo, a capacidade de mobilização dos grupos coloca-se fundamental para o alcance dos objetivos frente às instituições formais. O tópico seguinte irá explorar o conceito por trás da formação dessas redes e as visões acerca do impacto da cultura cívica.

2.2 EXPLORANDO O CONCEITO DE CAPITAL SOCIAL

O conceito de capital social é recente, sendo registrada abordagem crescente nas Ciências Sociais no decorrer dos anos noventa e, atualmente, pautando a agenda internacional de desenvolvimento. Nesta seção serão analisados de forma breve o fundamento clássico do conceito de capital social, o início de sua utilização como expressão, os teóricos do século XX que se aprofundaram no seu estudo e algumas abordagens contemporâneas do conceito e de sua aplicação.

Para iniciar a análise, admite-se que a essência idealizada por esse termo é bastante antiga e tem origem na teoria social clássica do século XIX. Estudiosos como Alexis de Tocqueville, John Stuart Mill, Emile Durkheim e Georg Simmel já enfatizavam a importância da sociedade civil e das associações voluntárias para a consolidação da democracia.

Uma ótica clássica relevante para o presente estudo é a dos trabalhos realizados nos Estados Unidos no século XIX, que começam a tratar a ideia do capital social no processo de construção da democracia. A noção trabalhada por Alexis de Tocqueville em “A Democracia na América” passaria a guiar diversos estudos sobre a própria sociedade norte americana acerca da importância do engajamento cívico e das entidades da sociedade civil para a solidificação da democracia liberal. De acordo com tais estudos, a base deste regime de governo seria composta pelo compromisso cívico, pela comunidade e pelas liberdades individuais - junção de fatores que resultava no que seria chamado posteriormente de capital social.

Em relação à origem do termo em questão, poucas discussões no meio acadêmico se dedicam a decifrá-la, sendo possível se arriscar a identificar aquela que poderia ser a primeira utilização no início do século XX, em meados de 1916, por Lyda Hanifan em seu artigo “The Rural School Community Center”. O capital social fora trabalhado por Hanifan como o conjunto dos elementos tangíveis e cotidianos da vida das pessoas - boa vontade, camaradagem, simpatia, relações familiares, dentre outros -, assumindo que estes poderiam compor as redes sociais e assim ter certo valor econômico. (Bandeira, 2003)

Posteriormente, utilizam explicitamente a expressão escritos que datam do meio do século XX, como o estudo “The Death and Life of Great American Cities” (1961), da ativista urbanista Jane Jacobs que abordou capital social atribuindo pela primeira vez seu sentido atual (Putnam, 1995). Na obra, Jacobs coloca que:

“Para a autogestão de um lugar funcionar, acima de qualquer flutuação da população deve haver a permanência das pessoas que forjaram a rede de relações do bairro. Essas redes são o capital social urbano insubstituível. Quando se perde esse capital, pelo motivo que for, a renda gerada por ele desaparece e não volta senão quando se acumular, lenta e ocasionalmente, um novo capital” (Jacobs, 1961, p. 151).

Tendo em vista tal definição teórica complexa, Higgins (2005) percorre a visão histórica do conceito estabelecendo pressupostos que serão utilizados de modo a organizar os teóricos do século XX na presente análise. De acordo com Higgins, a construção do capital social é uma elipse com dois focos, sendo um político e o outro utilitarista econômico. No primeiro, são estabelecidas assimetrias na obtenção de recursos por meio de redes de relação social e, no segundo, parte-se do princípio de que as relações simétricas permitem conseguir recursos presentes nas estruturas de relação social. Dentro dessas visões, os estudos dos diversos teóricos do tema são organizados dentro de quatro perspectivas, a saber: a) utilitarista, na qual inclui as abordagens de Coleman e Fukuyama; b) estrutural, na qual inclui enfoques de Bourdieu, Olson e neo-institucionalistas; c) tradicionalista, na qual inclui Putnam; d) moral-comunicativa, na qual articula aspectos das obras de Durkheim e de Habermas (Higgins, 2005). Apesar da separação, as ideias dialogam no consenso de que as relações sociais constituem um patrimônio não visível a serviço do indivíduo ou do grupo. De acordo com o autor, "se as relações sociais estão baseadas na reciprocidade e na expectativa de cumprimento mútuo – caso contrário haveria sanção social –, os motores da ação coletiva serão a confiança e a cooperação" (Higgins, 2005, p. 29).

Colocada por Higgins como pertencente à visão estrutural e escolhida para uma análise neste estudo, está a obra de Pierre Bourdieu, que tem como cenário a civilização europeia permeada por um histórico desenvolvimento político cultural. Naquele contexto, a noção de capital social permaneceu por bastante tempo ligada aos benefícios adquiridos nas esferas individuais e de classe resultantes das relações pessoais. Bourdieu coloca que o capital social seria um dos recursos com os quais indivíduos e grupos sociais poderiam se apoiar, sendo os outros os capitais econômico, simbólico, histórico e cultural. Para ele, o capital social seria o conjunto de redes de ajuda mútua que podem ser mobilizadas para causar benefício privado, ou seja, uma verdadeira propriedade do indivíduo ou do grupo, cujo processo de acumulação permite maior êxito na competição social. Em resumo, é o resultado da participação nas redes de relações, institucionalizadas ou não, que poderia resultar em melhorias na vida dos indivíduos. Isso significa que, naquele âmbito, o acúmulo do capital social era um verdadeiro instrumento para estratégia de classe, que visava ao reforço do poder na sociedade permitindo situações tais como o acesso a favores, informações, profissões ou benefícios de forma independente da orientação republicana. (Bourdieu, 1980)

Apenas no final do século XX autores da Ciência Política como James Coleman e Robert Putnam passariam a abordar o tema tratando de estruturas e normas sociais,

ordenamento das organizações, confiança e engajamento cívico. É possível concluir que o conceito de capital social ao longo da história foi capaz de abranger diversas áreas de conhecimento, sendo a mais recente delas tratando do desenvolvimento por intermédio do Banco Mundial a partir de 1995, em teóricos como Peter Evans.

Na análise de Higgins, a visão utilitarista tem sua contribuição principalmente em Coleman por meio de seu artigo “Social Capital in the Creation of Human Capital”, datado de 1988. O autor argumenta que, de maneira distinta a outras formas de capital - humano ou físico por exemplo -, o capital social se encontra incorporado à estrutura das relações existentes entre as pessoas. Para ressaltar a convergência, Coleman, assim como Bourdieu, parte de grupos sociais, comunidades e coletivos para realizar sua análise, definindo, em suma, que:

“o capital social é entendido em termos funcionais, isto é, consiste em todos aqueles elementos de uma estrutura social que cumprem a função de servir como recursos para que atores individuais atinjam suas metas e satisfaçam seus interesses” (Higgins, 2005, p. 33).

À luz das discussões mais atuais, pode-se afirmar que o conceito de capital social vem sustentando a noção de que o desenvolvimento justo das sociedades não depende apenas de variáveis econômicas - as instituições, a coesão social, a confiança e o engajamento cívico são elementos de importância significativa no crescimento e na prosperidade das regiões. Tais fatores têm impacto direto na qualidade da interação social e refletem não apenas no desenvolvimento econômico, mas também no desempenho institucional que o Estado oferece.

A obra considerada como principal referência teórica na literatura do capital social, que eleva a discussão a essa perspectiva institucional e é considerada dentro da visão tradicionalista de Higgins é a de Robert Putnam, em especial seu trabalho de pesquisa que resultou no livro “Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna” (1993). Putnam apoiou-se no modelo de associação voluntária de Tocqueville, no qual a igualdade seria capaz de gerar associação cívica e associação política e assim fortalecer a democracia. Putnam toma como ponto de partida epistemológico o referencial colemaniano, desenvolvendo instrumentos empíricos para verificar em que medida o capital social pode

ajudar a resolver os problemas da ação coletiva, no sentido de se obter cooperação social (Higgins, 2005).

Para Putnam, a implantação de instituições de administração governamental de escopo idêntico em cada uma das regiões italianas serviu de inspiração para a realização de um estudo detalhado da diferença de desempenho entre elas e, acima de tudo, quais seriam os fatores responsáveis por ditar esses resultados. Após vinte e cinco anos de análise empírica foi possível constatar que as administrações do Norte e do Centro alcançaram desempenhos melhores que as do Sul. Putnam notou que o primeiro grupo de regiões detinham uma tradição cívica maior, constituída por uma densa teia de associações marcadas por padrões horizontais de relação. Enquanto isso, o segundo grupo era permeado por uma tradição cultural autoritária, com relações hierárquicas e verticais sem oferecer ambiente fértil para o cultivo do espírito participativo e comunitário. Tais diferenças históricas, de acordo com o autor, seriam capazes de determinar o desempenho das instituições observados ao longo das décadas.

Outro trabalho bastante estudado do mesmo autor foi o artigo “Bowling Alone, America’s Declining Social Capital”, publicado em 1995. A tese desenvolvida foi a de que, com a mudança dos hábitos, o estoque de capital social da sociedade norte americana estaria sendo reduzido. A diminuição na participação em grupos tradicionais, de acordo com Putnam, poderia ser entendida pelo cinismo societal, pela diminuição dos casamentos e aumento dos divórcios, pela redução do número de filhos e pelo advento da tecnologia como forma individual de lazer.

Algumas das conclusões do autor foram de que a confiança social deveria ser abastecida pela reciprocidade e pelas redes criadas por clubes sociais, corais, associações de bairro dentre outros. Isso seria crucial para as instituições democráticas e para o desenvolvimento econômico. Se em seus trabalhos iniciais Putnam define capital social como o conjunto das características da vida social - redes, normas e confiança - que possibilitam os participantes a agir juntos mais efetivamente para conseguir objetivos futuros, em “Bowling Alone” o foco é nas redes e não nas normas ou na confiança, sendo o capital social colocado como um envolvimento individual em atividades coletivas na construção de redes de confiança recíprocas e a ideação de virtudes cívicas que possibilitam o fortalecimento da democracia.

Apesar da análise consistente, a obra de Putnam recebe críticas quanto ao enfoque da "comunidade cívica" como produto de uma longa tradição histórica (path dependence), o que significaria certo pessimismo quanto à possibilidade da formação do capital social. Segundo Rothstein (2003) sobre a social democracia sueca, o capital social seria resultado principalmente de uma configuração institucional propícia à produção de confiança interpessoal. Dessa maneira, abrem-se perspectivas para ações ativas das instituições no que tange ao fomento do capital social e, logo, a geração do desenvolvimento econômico e social das comunidades.

Outro enfoque mais otimista em relação à formação do capital social e tido como estrutural por Higgins é o de Peter Evans (1995), que, sob uma perspectiva neoinstitucionalista, argumenta a importância do Estado na criação de sinergia com a sociedade civil por meio de políticas de desenvolvimento local e participação política. Evans adota a visão *constructability*, na qual o capital social se torna uma possibilidade latente em qualquer grupo a partir de iniciativas governamentais.

Para salientar a importância dessa perspectiva em termos práticos, segundo Durston (2000, p. 22), é possível listar uma série de características funcionais do capital social, dentre as quais: i) criação de confiança entre os membros de um grupo; ii) mobilização e gestão de recursos comunitários; iii) cooperação coordenada em tarefas que excedem as capacidades de uma rede; iv) resolução de conflitos por líderes ou por uma jurisprudência institucionalizada; v) legitimação de líderes e executivos com funções de gestão e administração e vi) controle social através da imposição de normas compartilhadas pelo grupo e a sanção por castigo de indivíduos transgressores.

Para que seja alcançado sucesso no que tange ao alcance de objetivos como os listados acima, é importante considerar as três dimensões essenciais que determinam a realização do capital social e foram elaboradas com o amadurecimento do conceito. A primeira delas é a chamada *bonding*, quando as pessoas interagem entre si estando interligadas por laços fortes como de amizade ou família e objetivam a sobrevivência. A segunda, *bridging*, consiste na interação entre os grupos sociais onde as relações são horizontais e objetivam bens comuns, como em associações. A terceira, *linking*, diz respeito à união entre as pessoas que pretendem alavancar recursos junto às instituições (Szreter e Woolcock, 2004).

Ao longo da história, diversos autores trabalharam o conceito de capital social sob diferentes óticas e estabelecendo lógicas relacionais distintas quanto aos impactos na sociedade. Todos, porém, utilizam do conceito para avaliar condicionantes de desenvolvimento local a partir das peculiaridades das regiões, incluindo o fator humano como objeto de análise.

Ao reconhecer a relevância da cultura política na consolidação democrática, os diversos estudos abordados aqui consideram que os arranjos constitucionais e institucionais não são tão autônomos em relação aos padrões culturais da comunidade ou da nação. A democracia é assim reconsiderada como processo que ultrapassa a legitimidade pela legalidade - expressão marcada por Max Weber. A manutenção e o fortalecimento deste regime passam não somente pelas estruturas da institucionalidade, mas também pela existência de cidadãos informados e atentos ao que ocorre na política. A democracia substantiva pressupõe a combinação de democracia representativa e participativa, sendo, assim, mais ampla que uma democracia de procedimentos. A novidade dos estudos políticos sobre capital social está no fato de tentarem integrar valores individuais à política e conceber o cidadão na qualidade de sujeito participante.

O presente estudo irá abordar no próximo capítulo as peculiaridades da sociedade brasileira, responsáveis por sua formação e por como cada indivíduo e cada grupo se comportam civicamente. Tendo em vista as características de dificuldade na prática da democracia e os traços personalistas da sociedade, será utilizada a visão de Putnam na análise dos aspectos tradicionalistas e culturais brasileiros e a visão de Evans no que tange a atuação do Estado na criação de inovações democráticas e participativas.

3 O CONTEXTO BRASILEIRO

3.1 A FORMAÇÃO SOCIAL DO BRASIL

Ao longo da história, alguns pensadores se prestaram ao papel de intérpretes do Brasil, adentrando no desafio de estudar para tentar compreender a complexa formação social deste país como Estado Nação. É fundamental o estudo da nacionalidade brasileira para a compreensão das forças sociais que atuam há séculos e até os dias atuais moldando a sociedade e contribuindo para direcioná-la. (Ricúpero, 2007). Os aspectos sobre os quais a sociedade e a democracia foram construídas ao longo dos séculos traçam a forma como o brasileiro se comporta em sua comunidade e, também, com as instituições formais.

Para introduzir estes estudos, é preciso assumir que o pensamento político brasileiro parte de uma situação não autônoma. Dada sua situação de colônia, esse fator, assim como todas as outras questões, também estava subordinado ao pensamento da metrópole. Tal situação de dependência implicaria em problemas graves para situar determinadas ideias quando transpostas da metrópole - ou dos chamados países desenvolvidos - para a sociedade colonial. Um exemplo interessante seria a adoção do liberalismo como principal ideologia das elites brasileiras ao final do século XIX mesmo estando vigente uma organização econômica na qual a escravidão cumpria importante papel.

Para essa situação, o liberalismo estaria ligado apenas à condição daqueles que não eram escravos e que se relacionavam por meio do favor ao afirmar a condição de homens livres. A partir dessa disfunção, tal pensamento político econômico seria incorporado às práticas nacionais e às estruturas política tradicional que é marcada pelas fortes relações de parentesco, apadrinhamento e cumpadria. Essa adaptação tornaria, conseqüentemente, o liberalismo como uma verdadeira ideologia de segundo grau que tomaria como pauta a defesa de interesses particulares, de acordo com Ricúpero, uma comédia ideológica em que se atribui independência à dependência, utilidade ao capricho, universalidade às exceções, mérito ao parentesco, e igualdade ao privilégio.

Um dos primeiros a estudar a formação social brasileira e arriscar-se a realizar uma interpretação foi Joaquim Nabuco em sua obra *O Abolicionismo* (1883). Para o autor, a metrópole transpõe sua decadência ao Brasil por meio de um legado deixado na forma de um

trinômio vicioso: uma organização social baseada no latifúndio, na monocultura e no comércio de escravos.

Portanto, a escravidão seria uma herança colonial que tomou forma como sistema social estruturando instituições, costumes e práticas. Tal ordenamento tornou-se a principal empresa econômica dentro da sociedade brasileira, entranhando-se na ocupação do território e, ao lado da monocultura, esgotando a terra e a concentrando na forma de verdadeiros feudos. Ao mesmo tempo, foram tolhidas as atividades urbanas, sendo impedido o desenvolvimento de um operariado assalariado e de classes médias, o que deixou os homens livres e pobres fadados a serem dependentes dos grandes proprietários.

A escravidão teria se tornado o pilar de todos os negócios, gerando uma rede de relações clientelistas que invadiu o Estado e viciou a sociedade. No sistema político, impediu a formação de um corpo de cidadãos ativo e de uma opinião pública autônoma, já que o direito de voto era condicionado à propriedade. Assim, tendo permeado com tanta intensidade as relações sociais, a escravidão não se extinguiria apenas pela forma legal. Seria necessário “refundar” a nação em uma nova sociedade a partir da instituição da pequena propriedade rural e da atração de imigrantes europeus de classe média – programa inspirado nos norte americanos.

As ideias colocadas por Joaquim Nabuco a respeito da escravidão serviriam de base para que Nina Rodrigues desenvolvesse seus vários estudos acerca da criminalidade relacionada às raças (*As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*, de 1894; *Negros Criminosos*, de 1895; *O Regicida Marcelino Bispo*, de 1899; e *Mestiçagem, Degenerescência e Crime*, de 1899). Para o autor, que colocava a biologia determinista como demonstradora de hierarquia social, um dos mais importantes questionamentos era sobre qual lugar social ocuparia a vasta população negra recém saída da escravidão, sujeita ao arbítrio da República sobre sua igualdade cidadã.

Partindo para a visão regionalista, Euclides da Cunha, outro autor que desvendou alguns traços da formação social brasileira, teve uma de suas obras (*Os Sertões*, de 1902) considerada livro monumento da nacionalidade brasileira. Ele foi responsável por elaborar uma teoria de Brasil na qual sobressai a imagem de uma sociedade dividida entre um polo atrasado que seria o sertão, porém considerado a base da nacionalidade, e um polo civilizado

que seria o litoral, formado por elites políticas e intelectuais que permaneciam voltados para fora, de costas para o país.

Também trabalhando em torno da diversidade do povo brasileiro, Oliveira Vianna seria outro autor a elaborar obras, mas que desta vez seriam consideradas reacionárias e racistas (*Populações Meridionais do Brasil*, de 1920; *Raça e Assimilação*, de 1938; *Instituições Políticas Brasileiras*, de 1949; e *História Social da Economia Capitalista no Brasil* publicado após sua morte em 1951). Para ele, o país não possuía unicidade aos olhos do próprio povo, não existindo uma consciência coletiva, estando essa unidade a se constituir. A separação entre o Estado e a Nação - que já fora antecipada como problema por Euclides da Cunha - iria se refletir na incapacidade das elites em construir um Estado que levasse em consideração a realidade do povo.

Para Oliveira Vianna éramos incapazes de construir formas de solidariedade social modernas - especialmente do ponto de vista político - em razão de nossa diversidade pouco compreendida e muito menos explicada. Seria necessário um bom diagnóstico que entendesse e elucidasse os problemas brasileiros.

Nesse sentido, o autor acreditava que o atraso nacional estava relacionado a um deslocamento entre o Brasil real marcado pelo insolidarismo e o Brasil legal ligado à esfera das instituições, este último parecendo destinado a dirigir uma nação que ainda não existia. Este se tornaria um dos maiores dilemas políticos do país, não tendo sido de um todo solucionado até os dias atuais.

Em uma discussão bastante relacionada à cultura cívica formadora de capital social, Vianna coloca que as limitações de classe e de mobilidade social acabavam gerando total dependência do povo aos grandes senhores de terras. Isso restringia a solidariedade social uma vez que toda a atividade colonial se dava no latifúndio, no círculo familiar e no seu microcosmo, estando o associativismo praticamente ausente da vida social.

Portanto, os quatro séculos de colônia não teriam sido capazes de criar, de fato, uma sociedade no Brasil, assim como Vianna sintetiza em *Populações Meridionais do Brasil* (1920):

“(...) sem quadros sociais completos, sem classes sociais definidas, sem hierarquia social organizada, sem classe média, sem classe industrial,

sem classe comercial, sem classes urbanas em geral – a nossa sociedade rural lembra um vasto e imponente edifício, em arcabouço, incompleto, insólito, com os travejamentos mal ajustados e ainda sem postes firmes de apoio (...)” (p. 64).

Mais adiante seria produzido um dos livros mais importantes da literatura de interpretações sociais brasileiras, *Casa Grande e Senzala*, em 1933 por Gilberto Freyre. A obra vem para modificar a ideia vigente de que a mestiçagem era um problema social, trazendo a concepção importante e necessária das influências indígenas e africanas na identidade brasileira, além do impacto do colonizador português. Gilberto Freyre ainda reconhecia a contribuição não exclusivamente da “Europa branca”, mas também de árabes, romanos e judeus na formação da identidade nacional do Brasil

Como síntese da importância de todas essas origens e ressaltando o resultado da miscigenação, Freyre coloca acerca do brasileiro:

“(...) temos dois modos de colocar os pronomes, enquanto o português só admite um – o modo duro e imperativo: diga-me, faça-me, espere-me. Sem desprezarmos o modo português, criamos um novo, (...) caracteristicamente brasileiro: me diga, me faça, me espere. Modo bom, doce, de pedido. E servimo-nos dos dois (...)” (p. 202).

Extrapolando as concepções que já haviam sido discutidos em obras anteriores, Sérgio Buarque de Holanda contribui com a busca dos elementos que iriam dar forma à sociedade brasileira. Utiliza a metodologia dos contrários presente nos tipos ideais de Max Weber, dando ênfase à interação no desenvolvimento do processo histórico que teria como pares o trabalho e a aventura; o método e o capricho; o rural e o urbano; a burocracia e o caudilhismo; a norma impessoal e o impulso afetivo.

O processo colonizador das Américas fora composto pelo conjunto conceitual de Espanha e Portugal, definindo a Península Ibérica. Neste sentido, ocorre a prevalência do personalismo, de onde vêm como consequências a fraqueza das instituições e a falta de coesão social. Essas características típicas da realidade brasileira levam à ausência de hierarquia nas relações sociais e institucionais, e à exaltação do prestígio pessoal ligado ao privilégio hereditário.

Partindo disso, surge a repulsa pelo trabalho regular e pelas atividades utilitárias, das quais decorre a falta de organização e de sentimento de coletividade uma vez que “o ibérico não renuncia às veleidades em benefício do grupo ou dos princípios”. O que se forma é um paradoxo tendo como face a renúncia à personalidade somente por meio da cega obediência, sendo essa a única alternativa para os que não consideram a disciplina baseada em vínculos consentidos, mas advinda da tarefa executada com senso de dever, como coloca Buarque de Holanda:

“a vontade de mandar e a disposição para cumprir ordens são-lhes igualmente peculiares (aos ibéricos). As ditaduras e o Santo Ofício parecem constituir formas tão típicas de seu caráter como a inclinação à anarquia e à desordem (...)”. (p. 14, 1936)

A consequência mais impactante dessa cultura personalista seria a extrema dificuldade em fazer vigorar o associativismo ao estilo de Tocqueville, causada pela deficiência de solidariedade social advinda do fato de que “(...) em terras onde todos são barões, não é possível acordo coletivo durável (...)”. A solidariedade possível nesta sociedade estaria muito mais ligada ao sentimento do que ao interesse, tornando-se mais presente na esfera doméstica do que na pública.

A partir dessa ideia de cultura da personalidade, a interpretação de Brasil feita por Buarque de Holanda coloca os processos de modernização da época como apenas superficiais. Assim como já haviam analisado Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, o domínio rural autossuficiente seria o núcleo do patriarcalismo e a família se colocaria como a única instituição cuja autoridade não é questionada. Neste sentido, o privado permeia o público e os indivíduos, mesmo fora do ambiente doméstico, se comportam dificultando o Estado Democrático com atitudes clientelistas e patrimonialistas.

Em um dos processos de modernização colocados à época, no caso da democracia liberal - com sua máxima estabelecida por Jeremy Bentham: “a maior felicidade para o maior número” -, seria inevitável um choque com a lógica patriarcal uma vez que predomina a parcialidade sobre o pragmatismo, o que seria incompatível com a atitude cidadã neutra necessária na lógica democrática. Surge dessa ideia a tipologia do homem cordial.

Como consequência de todas essas características, o brasileiro sustenta o peso das relações de simpatia dificultando a incorporação em outros agrupamentos. O homem cordial

não considera agradáveis as relações impessoais características do Estado, buscando reduzi-las ao espectro afetivo. Em uma sociedade na qual há força da família tradicional, dificilmente se forma uma coletividade urbana moderna.

A tipologia do homem cordial não pressupõe bondade, mas comportamentos apenas de aparência afetiva, cujas manifestações não apresentam sinceridade, mas estão presentes para contrapor-se aos rituais formais. Assim, esta mentalidade de sociabilidade fictícia que ao mesmo tempo não se impõe ao indivíduo, não exerce efeito positivo na estruturação da ordem coletiva e não gera obrigação ou reciprocidade. Resultante deste fato está o individualismo, que toma corpo na resistência do sujeito com qualquer lei que o contrarie, sendo muito difícil a dedicação a um objetivo exterior às motivações da esfera individual.

É desta maneira que o brasileiro cultiva admiração pelas formas exibicionistas e pouco práticas, típicas da ética cordial. Isso reflete a relação com um liberalismo ornamental, ausente dos valores democráticos, como é exposto acerca da imposição vertical desses movimentos:

“a democracia no Brasil sempre foi um lamentável mal-entendido, dado que uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no velho mundo, o alvo mesmo da luta da burguesia contra os aristocratas” (p.160, 1936)

Tais contradições não resolvidas que tiveram origem na estrutura social iriam se manifestar no nível institucional e político. Ou seja, os modelos passados continuariam presentes. Como um bom exemplo, está a proclamação da República, decorrente de um processo de degradação do império o qual tentou-se solucionar com a elaboração de legislação impecável apenas formalmente. Nesse movimento pendular, o Brasil tenderia a uma organização administrativa idealizada, porém com pouca correspondência com a realidade, estando seu funcionamento condicionado ao mesmo tempo à virtude impessoal da Lei e ao forte personalismo que a desfaz.

Apesar disso, ocorre um lento processo civilizatório no qual o ócio e o improvisado dão lugar ao negócio e a cordialidade se transforma em civilidade, mas sem dissolver completamente as primeiras características. Processos como a urbanização, a imigração de

européus e a industrialização, iriam representar a queda gradual da cordialidade rural como fonte da civilidade brasileira.

Porém, tal modernização não traria por si só a total racionalidade. Esta deveria ser construída por meio de uma democracia remodelada, tipicamente brasileira e com um conteúdo diferente do europeu (Buarque de Holanda, 1936).

Na mesma linha de pensamento também está Caio Prado Júnior. Para ele riam prevalecer as relações de poder dos senhores locais, reforçadas pela convergência entre os seus interesses e os da coroa portuguesa. Na esfera da cultura, iriam surgir então as manifestações do patriarcalismo, evidenciadas pelo paternalismo no trato com o inferior e pelo patrimonialismo na lida com a coisa pública.

Do lado de fora da casa grande, ou seja, para além das relações dominadas pelo sistema colonial, faltaria senso moral à sociedade brasileira. Ao contrário do que pensava Gilberto Freyre, para Caio Prado não a família, mas a religião estaria no núcleo central das análises. Seria justamente no espaço entre a exploração econômica e a precária expressão cultural que deveriam advir as bases da construção da sociedade brasileira. Se no período colonial a característica foi a estrutura voltada para fora do país, a superação deve ocorrer no sentido da produção econômica e cultural para dentro.

A contradição explicitada pelo desacordo entre o sistema econômico e as novas necessidades de uma nação livre e politicamente emancipada indicava que uma principal transformação deveria vir a ser produzida no Brasil. Ela deveria caminhar no sentido de fazer com que economia e sociedade realizassem, de forma sistêmica, as promessas contidas na ordem jurídico política.

Para Roberto Da Matta, os mecanismos internos da sociedade brasileira estariam muito mais ligados aos sintomas brasileiros do que os fatores externos, naturais ou mesmo os termos históricos de sua formação. Portanto, torna-se necessário observar a lógica contemporânea para decifrar o funcionamento do Brasil.

O questionamento que se colocava era sobre o que poderia significar uma sociedade pós moderna que havia passado de fato pela modernidade - como o caso europeu - em contraponto com uma sociedade que tinha apenas traços de pós modernidade, mas que nunca

a teve realizada plenamente - como no Brasil. Este país ocuparia uma posição intermediária, sendo considerado uma sociedade semi tradicional.

Ao mesmo tempo em que conviveria no interior da sociedade brasileira uma lógica individualista e igualitária, também se fazia presente uma ideologia tradicional e hierárquica. Embora ambas as éticas estejam marcadas na sociedade, em nenhum espaço ou grupo estaria determinado o uso exclusivo de uma ou outra. Enquanto o individualismo e o universalismo eram demandados em público pelo estado, prevalecia no contexto doméstico o particularismo.

Para Da Matta, o resultado dessa construção difere da análise de Gilberto Freyre uma vez que não seriam oposições binárias ditando o comportamento coletivo que viera de características substantivas do povo. Da Matta introduz um esquema analítico tripartite que interpreta a sociedade brasileira a partir de diferentes planos, espaços e personagens (carnavais, paradas e procissões; casa, rua e outro mundo; malandros, heróis e renunciantes).

Portanto, se constrói um Brasil de instituições e processos que não teriam posição dominante em si, mas que adquirem os seus significados e posições à medida em que se relacionam com outros princípios em diferentes contextos históricos. A unidade dessa sociedade é feita de forma ritualística que, em vez de refletir o espírito festeiro, ilustra o modo como uma sociedade de diversos domínios e éticas encontra sua unificação simbólica.

Da Matta analisava o princípio da individualidade em duas faces, sendo elas o indivíduo e a pessoa. Ambas estão sempre presentes nas sociedades e se expressam em práticas sociais distintas, mudando somente a ênfase dada a cada uma dessas faces e os valores que lhes são atribuídos. O dilema brasileiro, portanto, estaria na tensão entre essas duas dimensões que não estavam previamente definidas e dependiam do contexto para se encaixarem. Todos os sujeitos poderiam agir tanto como indivíduos quanto como pessoas. Na sociedade brasileira existe a noção moderna de indivíduo sobreposta a um forte sistema de relações pessoais. Alguns rituais a exemplo do carnaval e do futebol permitem identificar a dificuldade de operação da sociedade brasileira em um nível formal ou institucional.

Portanto, dentro dessa sociedade teriam sido mantidos agentes que mediam as esferas social e individual, de forma distinta da lógica protestante. Isso teria como marca a forte segmentação social com perspectivas tradicionais e, com ela, viriam as dificuldades no surgimento de associações e práticas cooperativistas - base de uma sociedade civil, democrática e liberal igualitária. As consequências desse processo mostrariam as classes

dominantes com perspectivas individualistas que serviriam para formular as normas político institucionais, mas, ao mesmo tempo, a vivência prática seria marcada pela mobilização do capital social na busca dos interesses, onde não se aplicariam as regras formais. Por outro lado, as classes populares que não participavam da elaboração destas normas formais das instituições e da política seriam obrigadas a enfrentar uma visão mais fortemente hierárquica, tendo a força da lei incidindo plenamente em sua vida pública - pela incapacidade de articulação do capital social.

As faces do individualismo e do personalismo, antes de serem analisadas por Da Matta, refletiam uma das mais fortes carências da sociedade brasileira, impedindo que uma grande nação venha a se desenvolver com união, trabalho pelo bem comum e fortalecimento da civilidade. A abordagem do autor colocava que era justamente o uso discricionário destas posições que permitia o brasileiro ser brasileiro.

A análise realizada pelos diversos autores aqui abordados permite compreender aspectos da formação social brasileira e aponta para quais direções a tradição e a cultura cívica caminham no país. Tais características são capazes de moldar as formas de conexão e participação popular, que deve ser subsidiada pelas ações do Estado tendo em vista principalmente os danos causados pelos rompimentos democráticos experimentados na história brasileira. O próximo tópico busca percorrer justamente a mobilização do governo para expandir as possibilidades de participação, que podem atingir a potencialização dos níveis de capital social do país apesar de todas as determinantes e problemáticas históricas.

3.2 OS ASPECTOS DA REDEMOCRATIZAÇÃO

Tratando-se da democracia e das possibilidades de participação popular no contexto brasileiro, seu desenvolvimento fora bastante recente e ainda se encontra em amadurecimento. Foi pela Constituinte de 1987 que o Brasil presenciou a ruptura formal com a ditadura militar que havia perdurado vinte anos. A pressão popular criou um processo de negociação com início na Lei da Anistia de 1979 que teve duração de quase dez anos até que a redemocratização fosse de fato alcançada.

Durante esse período duas grandes demandas moviam a sociedade, sendo elas as eleições diretas e a convocação da Constituinte. A primeira acabou ofuscando a segunda e retardando em alguns anos aquele que deveria ser o primeiro passo da redemocratização (BONAVIDES, PAES DE ANDRADE, 2008). Foi quando José Sarney tomou posse que a proposta foi encaminhada por ele para o Congresso, começando assim o processo de construção daquela que seria chamada Constituição cidadã.

Alguns congressistas ficaram responsáveis pela elaboração e votação de propostas que iriam integrar o texto, com as sessões sendo marcadas por discussões acerca do caráter social que a Constituição passava a tomar e seus impactos à governabilidade. O que prevaleceu, apesar disso, foi a escuta da forte demanda do povo por mais presença do Estado no combate às desigualdades e maior participação popular nas decisões políticas. No dia 27 de julho de 1988 a resposta a esse embate dada por Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Constituinte e parlamentar do Movimento Democrático Brasileiro, refletiu o que viria a ser formalizado na Constituição de 1988: “Governabilidade está no social. A fome, a miséria, a ignorância, a doença inassistida são ingovernáveis. A injustiça social é a negação do governo e a condenação do governo. Esta Constituição terá cheiro de amanhã, não de mofo”.

Embora o caráter da nova Constituição fosse de alguma forma progressista frente ao que havia sendo praticado no Brasil nos anos anteriores, o Partido dos Trabalhadores considerou o conjunto do texto elitista e conservador, com todos seus parlamentares posicionando-se contrários à aprovação. Apesar disso, no dia 5 de outubro de 1988, a nova Constituição da República Federativa do Brasil fora aprovada e assinada por todos os membros do congresso.

O texto já se inicia fazendo uma inversão de temáticas quando comparado às antigas Constituições do país. Passam a vir nos primeiros artigos princípios de cidadania, dignidade da pessoa humana e igualdade - como pode ser observado nos artigos 1º e 5º. O foco é o ser humano e o compromisso com a resolução de dívidas históricas e melhoria de desigualdades sociais. Direitos fundamentais estão presentes preenchendo todo o Título II, com bastante foco nos direitos individuais e nos direitos trabalhistas. Tais artigos têm caráter de cláusulas pétreas, portanto não podem ter sua essência modificada por emendas.

Junto à essa garantia de direitos presente na Constituição Federal de 1988 e também em legislações posteriores, novas possibilidades de participação política foram inauguradas no Brasil. A premissa contida no Artigo 1º de que todo cidadão pode participar das decisões iria legitimar estruturas que viriam a se desenvolver em todo o território a fim de preencher este papel. Normas que teriam o papel de regular a criação dessas ferramentas puderam induzir que as outras esferas da federação - estados e municípios - também criassem algo nesse sentido, praticamente universalizando as chamadas Instituições Participativas. Ilustrando esse cenário está o caso dos Conselhos de Políticas, que na área da saúde estão presentes em 97% dos municípios brasileiros, na área da Assistência Social em 99% e na área da Criança e Adolescente 91,35% (IBGE, 2009).

Instituições Participativas, de acordo com Soraya Cortez, são:

“(...) mecanismos de participação criados por lei, emendas constitucionais, resoluções ou normas administrativas governamentais que permitem o envolvimento regular e continuado de cidadãos com a administração pública, tanto diretamente quanto através de representantes, como ocorre com maior frequência” (Cortez, 2011, p. 137)

As quatro formas principais no contexto brasileiro são i) Orçamentos Participativos; ii) Conselhos de Políticas; iii) Conferências de Políticas Públicas; e iv) Canais de expressão individual de preferências.

A primeira delas, o Orçamento Participativo, fora criada na cidade de Porto Alegre em 1989 na gestão de Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores. A cidade já continha uma tradição associativa forte, com associações de moradores bastante atuantes e, inclusive, uma união de associações (União das Associações de Moradores de Porto Alegre - UAMPA). Foi durante uma reunião dessa associação que o Orçamento Participativo foi pela primeira vez mencionado, uma vez que os membros acreditavam que somente poderiam influenciar verdadeiramente no Estado caso participassem da elaboração do orçamento público. Este é um exemplo interessante de como a junção de fatores como uma tradição associativa forte e um governo aberto à participação pode ter resultados eficientes e inovadores à democracia.

Azevedo (2003, p. 3-5) coloca ênfase em cinco características do Orçamento Participativo que têm potencial de aumentar a efetividade da democracia. De acordo com o autor, o OP aumenta o controle social do orçamento e força o poder público a adotar práticas mais transparentes; é um processo educativo que proporciona às pessoas entenderem a prática política como arena de alianças, negociações, conflitos e barganhas; promove mudanças administrativas causadas pela mobilização da sociedade; combate práticas clientelistas; e aprimora os processos de realização de obras e serviços.

A segunda forma mencionada, os Conselhos de Políticas, apesar de já existirem no período autoritário, passaram a mostrar duas diferenças após a redemocratização: atualmente têm poder de decisão e de fiscalização além do caráter consultivo propositivo e são eleitos dentre a sociedade civil, sendo não somente formados por indicação (Azevedo e Anastasia, 2002).

No novo contexto democrático os Conselhos podem ser sintetizados como “(...) espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais” (Tatagiba, 2002, p. 54).

Nesta forma participativa, pode-se identificar como pontos positivos também o efeito educativo, estimulando os cidadãos a participarem e democratizando a gestão pública; a melhoria do diálogo entre o Estado e a sociedade; mais eficiência no planejamento de políticas; e o monitoramento social dos serviços públicos. Porém, como dificuldades na realidade brasileira, encontram-se a desigualdade entre os participantes; a falta de cultura participativa; o baixo compromisso dos gestores públicos; a ausência de qualificação da burocracia no trato com esses espaços; e o vínculo enfraquecido entre representantes eleitos para estes espaços e seus respectivos representados.

A terceira forma de Instituição Participativa, as Conferências de Políticas Públicas, teve início no Brasil ao final dos anos 30 no governo de Getúlio Vargas. Por uma iniciativa de seu ministro de Estado Gustavo Capanema e com o objetivo de integrar os atores do Estado que tratavam de uma mesma área temática, as Conferências àquela época não chegavam a abranger a sociedade civil ou o mercado, setores que viriam a ser incluídos com o passar dos anos (Avritzer e Souza, 2013).

O Movimento Sanitarista pode ser considerado como precursor dessa mudança no escopo das Conferências no Brasil. A VIII Conferência Nacional de Saúde, que ocorreu em 1986, reuniu milhares de atores relacionados à área para muito além do Estado. Tais mobilizações que duraram décadas foram responsáveis por universalizar a saúde na Constituição de 1988. A partir dos anos 90, Conferências com esse caráter se espalharam pelo Brasil tanto pelas esferas federativas quanto pelas áreas temáticas.

Nos dias atuais, são eventos de participação organizados pelo Poder Executivo que têm como objetivo englobar as sugestões populares às diretrizes da gestão, a fim de formular políticas públicas coerentes com a realidade e com as demandas. As Conferências têm forma de fórum e ocorrem com frequência determinada, sendo realizadas primeiro as de esfera municipal, depois estadual e, por fim, nacional - aglutinando todas as sugestões trabalhadas. Tal instrumento dialoga com os Conselhos de Políticas Públicas, que são responsáveis por aprovar os documentos gerados nas Conferências.

A quarta forma de participação está refletida nos canais de expressão individual de preferências, que têm como foco tornar possível a comunicação dos cidadãos com o Estado. Canais como ouvidorias e pesquisas de satisfação possibilitam que a sociedade tenha voz na melhoria de serviços e processos da administração pública.

Smith (2009) entende essas inovações democráticas como instituições políticas construídas com o objetivo de ampliar a participação dos cidadãos no processo decisório. Portanto, são elementos capazes de criar diálogo entre sociedade e setor público e aprimorar o funcionamento das instituições tradicionais.

Para Boschi e Diniz (1989), o processo de redemocratização do Brasil seria o transbordamento dos limites institucionais definidos na época desenvolvimentista no que se relaciona às mediações sociais. A trajetória associativa do país sai das estruturas oficiais e surgem novos atores como os sindicatos de trabalhadores. A sociedade passou então a transpassar os limites definidos pelo Estado, formando diversas ferramentas alternativas de participação e construção de demandas. Não se trataria apenas do aumento do número de grupos, mas da melhoria do nível de organização e mobilização elaborados por eles (BOSCHI e DINIZ, 2004, p. 36-37).

Nesse processo de organização da sociedade civil, que caminhou junto à redemocratização institucional, surgiram movimentos de forte articulação como a Central

Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o próprio Partido dos Trabalhadores (PT). O resultado foi um fortalecimento ainda maior da democracia recente que estava a desenhar a relação entre sociedade e Estado no Brasil (GUIMARÃES, 2010).

O próprio conceito de cidadania como estratégia política estabelecido por Dagnino (1994) tem como consequências tanto a expressão concreta dos atores quanto o compromisso dessa nova forma de relação com a solidificação da democracia. Como coloca a autora: “a nova cidadania transcende uma referência central ao conceito liberal, que é a reivindicação de acesso [...] ao sistema político [...] o que está em jogo de fato é o direito de participar efetivamente” (DAGNINO, 1994, p. 109).

Para Avritzer (2002), o elemento principal dessa consolidação democrática seria justamente a transferência da renovação social para espaços institucionais de deliberação e participação. Em outras palavras, essa transformação das instituições em participativas e a novas práticas emergentes na sociedade civil seriam ordenadoras da consolidação democrática. Como o próprio autor coloca: “a questão central colocada às teorias contemporâneas da democratização é a conversão de práticas democráticas que emergiram na arena pública em relações institucionais entre a atores civis e a sociedade política” (AVRITZER, 2002, p. 8, “tradução nossa”).

A interpretação destes autores coloca como ponto central da redemocratização justamente o surgimento de novos atores sociais com características associativas não vistas antes. Sobretudo nos setores mais pobres, ocorre certa autonomia destas organizações em relação ao Estado. Isso pode ter sido resultado a partir da experiência repressiva no regime militar e pela migração rural para os centros urbanos, quando a qualidade dos serviços públicos diminui (AVRITZER, 2012a; KERSTENETSKY, 2012; BOSCHI, 1987).

Boschi (1987, p. 68) é dos primeiros autores a tratar dessas inovações associativas no Brasil e seu crescimento no período de redemocratização, com foco na cidade do Rio de Janeiro. O autor registra um aumento de 83% do número de associações de moradores entre 1979 e 1981, sendo 65% dessa taxa ligado a associações de áreas periféricas.

Ampliando o foco dessa análise, Santos (1993) aponta o mesmo fenômeno em outras grandes cidades brasileiras considerando a criação de associações voluntárias. Baiocchi

(2003) e Avritzer (2000) irão contribuir com dados relativos a Porto Alegre e Belo Horizonte para o mesmo período.

Tabela 1: Número de associações voluntárias

	1941-1950	1951-1960	1961-1970	1971-1980	1981-1990
São Paulo	288	464	996	1871	2553
Rio de Janeiro	188	743	1093	1233	2497
Belo Horizonte	120	204	458	584	1597
Porto Alegre	-	-	-	240	380

Fonte: elaboração própria a partir de Santos (1993), Avritzer (2012) e Baiocchi (2003)

Tais dados mostram o crescimento das associações voluntárias nas maiores cidades do país. Em São Paulo, o associativismo duplicou ao longo da década de 1970 e manteve esse crescimento de 36% na década seguinte. Em Belo Horizonte, os números triplicaram ao longo da década de 1980; e no Rio de Janeiro, houve duplicação no mesmo período. Para além da ampliação quantitativa, verificou-se também certa diversificação qualitativa, por exemplo, das associações comunitárias em São Paulo: 97,6% foram criadas no período de 1970 a 1986, assim como 92,5% das associações de profissionais de saúde e 90,7% das associações de moradores. No Rio de Janeiro, os números, para o período de 1971 a 1987, replicam a mesma tendência com 90,7% para associações comunitárias, 85,3% para moradores e 83% para profissionais de saúde (SANTOS, 1993). De acordo com o autor: “sociologicamente é possível inferir que, se pluralismo social quer dizer quebra do monopólio organizacional, foi precisamente isso o que ocorreu no país” (Santos, 1993, p. 83).

Portanto, é possível observar que os grandes centros brasileiros puderam viver um processo crescente de associativismo no período de redemocratização tanto no número absoluto quanto na diversidade dos temas. O desejo por autonomia frente ao Estado marcaria esse impulso. Exemplificando essa constatação, estão o formato horizontal dessas organizações, o alto índice de participação voluntária e a maior participação da sociedade civil na elaboração e implementação das políticas públicas (AVRITZER 2000; 2012a).

Nos anos 2000, com a chegada do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República, muitas análises vêm sendo feitas. O consenso é de que era inédito no cenário brasileiro que um partido construído a partir de um forte processo de mobilização social de

rua pudesse alcançar o posto mais alto da institucionalidade, simbolizando de forma clara a democracia brasileira.

Por toda a década de 1990 a disputa democrática esteve associada ao nível local por causa do advento das inovações democráticas. Nesse contexto, porém, a participação popular não encontrou respaldo significativo nos líderes do governo para que tais ferramentas pudessem ser incorporadas de fato à agenda. Sobre esse período, Avritzer (2012b, p. 21) observa: “não existem dúvidas de que nos 15 primeiros anos de vigência do texto constitucional foi estabelecida uma divisão de trabalho através da qual a representação prevaleceu no âmbito do governo federal, ao passo que a participação se fortaleceu localmente pela via dos orçamentos participativos e da participação nos conselhos. Essa divisão de trabalho informal terminou com a chegada do PT à Presidência da República e a enorme ampliação das conferências nacionais”.

Em relação à criação de instrumentos participativos durante o governo do Partido dos Trabalhadores, se enfatiza a dedicação e o aumento significativo dessas instâncias. Quanto ao diálogo com a sociedade, foram criadas 84 ouvidorias apenas nos três primeiros anos de mandato, além de ter sido potencializado o uso de audiências públicas na condução das ações do governo e estabelecida a criação de mesas permanentes de negociação para dialogar com a sociedade civil (SOUZA, 2008; LAMBERTUCCI, 2010). Quanto aos Conselhos de participação compartilhada, o governo petista criou 19 dos 39 existentes até o ano de 2010. Muito além do aspecto quantitativo, a literatura aponta que há um fortalecimento desses fóruns, marcado pela maior participação de ministros em suas reuniões, pela revisão de regras para aprimorar a participação da sociedade civil e pela ampliação de previsão orçamentária (AVRITZER, 2010; CUNHA, 2010). Em relação às Conferências Nacionais de Políticas Públicas, nas palavras de Avritzer (2012a, p. 7), “a realização de um conjunto de conferências [...] constituiu uma marca registrada do governo Lula”.

Pogrebinschi (2012, p. 2) coloca que “dos diversos mecanismos participativos adotados ao longo dos dois mandatos de Lula, as conferências nacionais de políticas públicas (comumente denominadas apenas como ‘conferências nacionais’) são certamente as de maior amplitude”. Por serem ferramentas de participação a nível nacional, na maioria das vezes antecedidas por etapas estaduais, regionais e municipais, as conferências mobilizam o capital humano de forma muito mais ampla do que outros instrumentos participativos. Em termos quantitativos, Avritzer (2009) ressalta que, até 2004, mais de 300 mil pessoas participaram do

Orçamento Participativo no Brasil e 400 mil pessoas estiveram presentes nos espaços de Conselhos de Saúde e Assistência Social. Dados ainda indicam que as Conferências, entre 2003 e 2010, reuniram cerca de 5 milhões de brasileiros. A partir desses números pode-se concluir que houve uma intensa ampliação da capacidade social em participar politicamente.

O cenário que se desdobra nos últimos anos, desde o impeachment da presidenta do Partido dos Trabalhadores Dilma Rousseff, é de incerteza quanto ao investimento em possibilidades de participação popular. A capacidade de articulação e associativismo da sociedade é colocada em questão vista a grande crise democrática e representativa que passa o país. Não sendo levado em consideração esse contexto em razão da data de realização das pesquisas utilizadas, o próximo capítulo busca realizar um retrato do capital social no Brasil ao ano de 2014, trinta anos após o processo de redemocratização. A análise é realizada frente aos perfis dos entrevistados e como cada grupo se comporta nas diferentes esferas de conexão e participação.

4 MENSURANDO CAPITAL SOCIAL NO BRASIL

4.1 METODOLOGIA DE ANÁLISE

Para a realização de um retrato do capital social no contexto brasileiro, foram utilizados os dados da 6ª onda do World Values Survey (WVS), realizada entre os anos de 2010 e 2014. O World Values Survey é uma rede internacional de cientistas sociais que estudam a mudança de valores e seu impacto na vida social e política. Com sua primeira onda realizada em 1981, consiste em pesquisas nacionalmente representativas realizadas em quase 100 países, usando um questionário comum. O WVS é uma das maiores investigações transnacionais de crenças e valores humanos, atualmente incluindo entrevistas com quase 400.000 entrevistados. Além disso, é o único estudo acadêmico que cobre toda a gama de variações globais, de países muito pobres a países muito ricos, em todas as principais zonas culturais do mundo. O WVS serve de subsídio para o entendimento de mudanças nas crenças, valores e motivações das pessoas em todo o mundo. Esses dados são bastante utilizados para analisar temas como desenvolvimento econômico, democratização, religião, igualdade de gênero, capital social e bem-estar subjetivo.

Para cada onda, sugestões de perguntas são feitas por cientistas sociais de todo o mundo e um questionário final é desenvolvido em inglês. A análise dos dados de cada onda indicou que certas questões utilizavam conceitos interessantes e importantes, enquanto outras não. Isso levou para que questões ou temas mais úteis fossem replicados em ondas futuras, enquanto os menos úteis foram descartados, abrindo espaço para novas perguntas e os questionários podendo ser diferentes de uma onda para outra. O questionário aplicado na sexta onda, que pode ser observado no Anexo A para consulta, é traduzido para as várias línguas nacionais de acordo com o país. O fato de ser um questionário unificado para todos os países acarreta em questões e alternativas de respostas que tenham capacidade de abranger as mais variadas estratificações, não necessariamente as estabelecidas por cada país.

O tamanho mínimo da amostra – ou seja, o número de entrevistas completas que são incluídas no conjunto nacional de dados – deve ser de 1200. As amostras devem ser representativas e incluem pessoas com 18 anos ou mais residentes em cada país, independentemente da sua nacionalidade, cidadania ou língua. O principal método de coleta de dados na pesquisa WVS é a entrevista presencial na residência do entrevistado. As

respostas dos entrevistados podem ser registradas em um questionário em papel ou por CAPI (Computer Assisted Personal Interview).

Os países somente são incluídos em uma onda assim que a documentação completa das respostas é entregue. Isso significa o conjunto de dados que inclui um relatório de informações específicas do país (por exemplo, acerca de eventos políticos importantes durante o trabalho de campo, problemas específicos do país, etc). Nesse sentido é importante frisar que o período de 2014 foi bastante conturbado para a sociedade brasileira, uma vez que ocorreram episódios políticos importantes como as eleições muito polarizadas entre o Partido dos Trabalhadores e o Partido Social Democrata Brasileiro, as recentes manifestações de 2013 e os escândalos de corrupção a exemplo dos investigados na operação Lava Jato. Tais questões podem estar refletidas nas respostas dos entrevistados.

Em relação à amostra, no caso da sexta onda do WVS no Brasil, foram selecionadas 1500 entrevistas de forma probabilística, planejada em três estágios de sorteio. O primeiro estágio é o sorteio de 150 setores censitários, incluindo as zonas urbana e rural. O segundo é o sorteio de domicílios particulares, a partir de critérios estabelecidos de localização dentro do setor censitário. O terceiro é o sorteio da pessoa a ser entrevistada no domicílio.

Os indicadores abordados na análise do presente trabalho foram escolhidos a partir de três dimensões que dialogam com o capital social: i) relação com laços próximos; ii) relação com a comunidade local; e iii) relação com o governo. A decisão por tais dimensões de baseia nos três tipos estabelecidos por Szreter e Woolcock (2004), sendo eles *bonding*, *bridging* e *linking*. Além das dimensões, foram selecionados três critérios de perfil socioeconômico para análise do capital social dentre diferentes grupos, sendo eles a classe social, a faixa etária e o nível de escolaridade do indivíduo entrevistado. Cabe ressaltar que, a partir da forma como é realizada a amostra, no caso do Brasil alguns dos perfis escolhidos para análise neste trabalho apresentaram número não significativo de respondentes, o que compromete a análise em alguns momentos. Além disso, para fins de tornar as tabelas mais inteligíveis para leitura, foi realizada unificação de respostas e agregação de grupos de forma que a observação de tendência seja facilitada. Todas as perguntas e suas respectivas alternativas de respostas originais podem ser consultadas no Anexo A caso o leitor sinta a necessidade de compreender melhor o questionário. As características socioeconômicas foram escolhidas para que se possa observar como se comportam os sujeitos brasileiros que estão submetidos a grupos sociais que têm suas peculiaridades no que se relaciona com a interação

em sociedade e o exercício da cidadania. Em seguida serão explicadas as razões da escolha destes perfis.

Abordando a influência da classe social do indivíduo em sua capacidade de mobilizar capital social, pode se aplicar o conceito de exclusão vinculado a processos de instabilidade das relações sociais, mais especificamente relacionados aos vínculos entre os indivíduos e a sociedade, tomando como referência central a dimensão do trabalho. A influência do pensamento durkheimiano, em especial a idéia de que a densidade dos laços sociais é de fundamental importância para a manutenção da coesão e da ordem, permeia a interação entre a classe e o capital social. A categoria “trabalho” ganha relevância central na medida em que este passa a ser considerado o principal mecanismo de sociabilidade para além dos grupos próximos, ficando evidente que a condição de desemprego e de trabalho precário têm consequências para além da renda, enfraquecendo laços e redes sociais e provocando o isolamento.

Retomando Bourdieu, o capital social se coloca como o conjunto dos recursos reais ou potenciais conectados à posse de uma rede durável de relacionamentos por parte dos indivíduos. Segundo o autor, o capital social se relaciona com o econômico por meio das trocas, gerando reconhecimento para os indivíduos no grupo em que se inserem. A quantidade de capital social que um indivíduo tem está, portanto, correlacionada com a extensão de relações que ele consegue mobilizar e com o volume de capital – seja ele econômico, cultural, simbólico – que é de propriedade única de cada sujeito. Nas diferentes classes sociais o capital social se dá por meio da rede de influências que o indivíduo consegue cultivar no decorrer de sua existência pelo seu capital econômico, que é o fator fundamental para que possa inserir-se em um grupo. Dessa maneira, é de se esperar que o capital social proporcione a inserção dos agentes individuais nas altas camadas de poder político, econômico e social, produzindo mobilidade e ascensão por meio da rede de relacionamentos (Bourdieu, 1998).

Quando se trata dos impactos da faixa etária do indivíduo em sua capacidade de mobilização de redes, é necessário levar em consideração os aspectos sociais das gerações. Foi nesse sentido que Putnam (2002) observou evidências de declínio na participação em eleições, partidos políticos, sindicatos e igrejas, os quais representam as principais instituições das três esferas primárias da vida comunitária – política, trabalho e religião – ou seja, podem ser consideradas o depósito primário de capital social. O autor destaca um comportamento muito diferente ao se comparar as gerações passadas e a atual, onde se pode observar um

grande número de jovens desinteressados em política, desconfiados dos políticos e dos outros de um modo geral, cínicos sobre assuntos públicos e menos inclinados a participar de organizações sociais permanentes. Os fatores levantados por Putnam como possíveis causas são o surgimento de diversos entretenimentos digitais que desviam a atenção dos jovens das questões coletivas, além do elevado índice de desemprego entre os jovens com o conseqüente atraso de sua inserção na força de trabalho e na vida adulta – o que inclusive se relaciona com a análise das classes sociais de Bourdieu.

Voltando a análise para o impacto da educação na capacidade cidadã dos sujeitos, são diversas as interpretações sobre qual é e qual deveria ser o papel transformador da escola. Até meados do século XX, predominava nas Ciências Sociais uma visão otimista que atribuía a escolarização um papel central no processo de superação do atraso econômico, do autoritarismo e dos privilégios associados às sociedades tradicionais, além da contribuição para a construção de uma sociedade, justa, moderna e democrática. A escola seria, nessa perspectiva, uma instituição neutra que iria difundir um conhecimento racional e objetivo e que selecionaria seus alunos com base em critérios racionais. Bourdieu critica essa perspectiva ao abordar um novo modo de interpretação da educação.

Na teoria do autor, a escola perde o papel de instância transformadora e democratizadora das sociedades e passa a ser considerada como uma das principais instituições de manutenção e legitimação dos privilégios sociais. Bourdieu questiona a neutralidade da escola e do conhecimento educacional, afirmando que ali seriam reafirmadas as crenças, as posturas e os valores dos grupos dominantes, sendo apresentados como cultura universal. Dessa forma, quando define seu currículo, seus métodos de ensino e suas formas de avaliação, a escola teria um papel ativo não na pura criação de possibilidades de desenvolvimento, mas no processo social de reprodução das desigualdades sociais. Estas seriam convertidas em diferenças acadêmicas e cognitivas, relacionadas aos méritos e dons individuais. Em resumo, a escola não seria uma instância neutra de conhecimento superior e não avaliaria os alunos a partir de critérios universalistas, mas, ao contrário, seria uma instituição que reproduz a dominação exercida pelas classes dominantes.

Neste contexto, em relação com o que diz Putnam (2002) sobre a atuação dos jovens, é constatado o crescente desinteresse e conseqüente distanciamento em relação à arena política. A classe dominante, por ter condições que favorecem a manutenção e reprodução de sua hegemonia, consegue produzir e divulgar seus valores, gostos e “visão de mundo” ao

restante da sociedade. Os grupos sociais despossuídos dos meios para a produção e divulgação de suas idéias acabam incorporando aquelas produzidas pelos grupos dominantes. Sendo assim, condições objetivas e subjetivas impedem que os grupos sociais desprivilegiados construam consciência crítica, impedindo-os de romper as barreiras que os privam de construir um pensamento emancipado e autônomo. Dessa maneira, questiona-se qual seria o papel da educação na indução de um comportamento mais participativo do jovem de diferentes classes na determinação das políticas públicas e do seu futuro.

As próximas seções do presente capítulo e suas respectivas análises serão organizadas a partir das três dimensões anteriormente definidas. Todas elas terão como base a comparação entre os grupos socioeconômicos explorados, a partir da construção de tabelas, gráficos e índices que articulem os indicadores escolhidos com base na literatura do conceito de capital social. Também serão consideradas as perspectivas histórico culturais brasileiras a partir dos autores já trabalhados, a fim de contextualizar a análise. Foram contadas as não respostas, porém, para fins de uma melhor percepção, os conteúdos produzidos neste trabalho não irão considerar visualmente a exposição destas respostas.

A primeira dimensão, relação com laços próximos, reflete a primeira forma de capital social, *bonding*. Os indicadores foram escolhidos para mostrar os laços fortes existentes entre pessoas que partilham valores semelhantes por compartilharem círculos fortes de convivência, como família e amigos. Esta forma de capital social se restringe a um grupo, não se expandindo para grupos que estejam fora do espaço local. O desenvolvimento de laços é muito facilitado nesta dimensão, porém o alto compartilhamento de identidade e de normas próprias gera certo isolamento e pode resultar em grupos que cooperam bastante entre si, mas não têm capacidade de cooperar com outros grupos da sociedade que estejam fora de seus limites (Sabatini, 2008). Os grupos de laços fortes desenvolvem o capital social basicamente em sua dimensão relacional e cognitiva, de maneira a excluir ou impor barreiras à entrada de elementos que não pertencem a seu grupo.

No contexto brasileiro, visto a análise feita no capítulo 3, a deficiência de solidariedade social advém justamente do fato destes grupos de laços próximos, principalmente no ambiente familiar e de amigos, conseguirem manter relações fortes entre si, mas não conseguirem criar senso de coletividade, confiança e pertencimento com o restante da sociedade. Como coloca Buarque de Holanda, “(...) em terras onde todos são barões, não é possível acordo coletivo durável (...)”. A solidariedade possível nesta sociedade estaria

muito mais ligada ao sentimento do que ao interesse, tornando-se mais presente na esfera doméstica do que na pública.

Portanto, a análise dessa dimensão terá foco em indicadores que expressem a relação de importância e confiança dos brasileiros com seus familiares e amigos. Foram escolhidos os seguintes indicadores, com tradução nossa:

- 1) V4: Important in life: Family (Importância na vida: Família)
- 2) V5: Important in life: Friends (Importância na vida: Amigos)
- 3) V102: How much you trust: Your Family (O quanto você confia: Sua Família)
- 4) V104: How much you trust: People you know personally (O quanto você confia: Pessoas que você conhece pessoalmente)

Os dois primeiros indicadores (V4 e V5) foram unificados para a elaboração de um índice que expressa o nível de importância dada pelos entrevistados às pessoas de laços próximos a eles. Isso foi feito a partir da quantificação das respostas em uma escala numérica seguida do cálculo da média destas respostas. Por fim, foi calculada a média dos números encontrados para cada indicador. O índice vai de -2 a 2 e, quanto maior, mais importância. A mesma metodologia foi aplicada aos dois indicadores seguintes (V102 e V104), gerando outro índice que caminha de -2 a 2 e irá refletir o nível de confiança dentre os laços próximos. Ambos foram cruzados com as três determinantes socioeconômicas estabelecidas.

A segunda dimensão, relação com a comunidade local, reflete a segunda forma de capital social, *bridging*. Os indicadores foram escolhidos para representar a conexão existente em diferentes grupos que prevêm como fim o alcance do bem comum entre eles. Este tipo de capital social tem efeito positivo na difusão de informações e confiança, apesar dos laços serem mais fracos e menos intensos que os observados no primeiro tipo (*bonding*). Por outro lado, o produto resultante desta forma pode ser considerado mais valioso para a sociedade uma vez que é responsável pela interação e pelo desenvolvimento de novas ideias, valores e perspectivas (Woolcock, 2001; Szreter and Woolcock, 2004).

Quando se trata da sociedade brasileira neste aspecto, a forte segmentação social com perspectivas tradicionais características do tipo *bonding* seriam responsáveis por dificultar a formação de associações e práticas cooperativistas - características do tipo *bridging* e base de

uma sociedade civil, democrática e liberal igualitária. Nesse mesmo sentido, Oliveira Vianna retorna ao período colonial para colocar como as limitações de classe e de mobilidade social iriam gerar total dependência do povo aos grandes senhores de terras, o que restringia a solidariedade social uma vez que toda a atividade colonial se dava no latifúndio, no círculo familiar e no seu microcosmo, estando o associativismo praticamente ausente da vida social.

A análise dessa dimensão foi realizada a partir de indicadores que demonstram a relação do brasileiro com a comunidade local, sua participação em grupos mais amplos e coletivos e como lidam com seu papel na sociedade em que vivem. Para isso, foram escolhidos os seguintes indicadores, com tradução nossa:

- 1) V25: Active/Inactive membership: Church or religious organization (É membro ativo/inativo: em igreja ou organização religiosa)
- 2) V26: Active/Inactive membership: Sport or recreational organization (É membro ativo/inativo: em organizações esportivas ou de recreação)
- 3) V27: Active/Inactive membership: Art, music or educational organization (É membro ativo/inativo: em organizações de arte, música ou educação)
- 4) V28: Active/Inactive membership: Labor Union (É membro ativo/inativo: em sindicatos de trabalhadores)
- 5) V29: Active/Inactive membership: Political party (É membro ativo/inativo: em partido político)
- 6) V30: Active/Inactive membership: Environmental organization (É membro ativo/inativo: em organizações ambientais)
- 7) V31: Active/Inactive membership: Professional association (É membro ativo/inativo: em associações profissionais)
- 8) V32: Active/Inactive membership: Humanitarian or charitable organization (É membro ativo/inativo: em organizações humanitárias ou filantrópicas)
- 9) V33: Active/Inactive membership: Consumer organization (É membro ativo/inativo: em organizações de consumidores)

10) V34: Active/Inactive membership: Self-help group, mutual aid group (É membro ativo/inativo: em grupos de auto ajuda)

11) V35: Active/Inactive membership: Other organization (É membro ativo/inativo: em qualquer outra organização)

12) V74B: Schwartz: It is important to help people living nearby; to care for their needs (Schwartz: é importante ajudar pessoas que vivem nas proximidades, cuidar de suas necessidades)

13) V213: I see myself as part of my local community (Eu me vejo como parte de minha comunidade local)

Os onze primeiros indicadores (V25 a V35) foram unificados para a elaboração de uma tabela que expressa a participação ativa pelos entrevistados em qualquer organização da sociedade civil, em contraponto com os respectivos perfis socioeconômicos. Isso foi feito a partir da consideração das respostas positivas quanto a ser um membro ativo levando em conta qualquer uma das organizações listadas. O entrevistado foi quantificado uma única vez quando respondeu que era um membro ativo de qualquer uma das opções ou, inclusive, de mais de uma das opções. Também foi elaborado um gráfico a partir dos mesmos dados com o número de participações por tipo de organização, sendo consideradas todas as participações de cada entrevistado. Os dois últimos indicadores (V74B e V213) foram cruzados individualmente na forma de tabela com as mesmas três características de perfil socioeconômico.

A terceira dimensão, relação com o governo e suas instituições, reflete a terceira forma de capital social, *linking*. Os indicadores foram escolhidos com o objetivo de demonstrar como se dá a relação de troca entre sociedade e instituições governamentais do Estado. O tipo *linking* de capital social tem como característica a ligação dos vínculos que conectam pessoas ou grupos com outras pessoas ou instituições que detenham poder político. Essa forma tem a capacidade de demonstrar as relações com instituições formais, fomentando a conexão dos grupos da forma *bridging*. As interações no modelo *linking*, apesar de serem as que detém laços mais fracos dentre todas as formas, são capazes de construir os resultados mais valiosos, uma vez que produzem acesso e conexão com estruturas de poder. Assim como na forma *bridging* e diferindo-se da forma *bonding*, em *linking* está ainda mais presente a

possibilidade de desenvolvimento de ideias, perspectivas e valores novos (Woolcock, 2001; Szreter and Woolcock, 2004).

O desenvolvimento da forma *linking* de capital social é questionado por alguns autores dentro do contexto brasileiro. Oliveira Vianna coloca, inclusive, que seríamos incapazes de construir formas de solidariedade social modernas do ponto de vista político. Isso ocorre devido ao deslocamento entre o Brasil real marcado pelo insolidarismo e o Brasil legal ligado à esfera das instituições. De acordo com o autor, como consequência desse processo estariam as classes dominantes permeadas de perspectivas individualistas formulando as normas político institucionais e, ao mesmo tempo, tendo uma vivência prática marcada pela mobilização do capital social apenas na busca dos interesses privados, onde não se aplicariam aquelas regras formais. Do outro lado, as classes populares que não participavam da elaboração destas normas formais das instituições e da política seriam obrigadas a enfrentar uma visão mais fortemente hierárquica, tendo a força da lei incidindo plenamente em sua vida pública - pela incapacidade de articulação do capital social na defesa dos interesses.

Desta maneira, a análise da dimensão em questão será realizada com base em indicadores que demonstrem a mobilização de demandas da sociedade para com o Estado e, além disso, como se estabelecem os níveis de confiança nas instituições governamentais. Também é explorada a relação do brasileiro com a democracia, cerca de trinta anos após sua restauração. O objetivo é perceber as mudanças na forma como essa sociedade lida com essa forma de governo tendo passado por tantos cenários de crise em sua história e tendo presenciado, recentemente, um governo que facilitou e mobilizou a busca por espaço e voz. Para isso, foram escolhidos os seguintes indicadores, com tradução nossa:

- 1) V84: Interest in politics (Interesse na política)
- 2) V85: Political action: Signing a petition (Ação política: assinar uma petição)
- 3) V86: Political action: Joining in boycotts (Ação política: participar de um boicote)
- 4) V87: Political action: Attending peaceful demonstrations (Ação política: se juntar a passeatas)
- 5) V88: Political action: Joining strikes (Ação política: participar de greves)

- 6) V89: Political action: Any other act of protest (Ação política: outras formas de protesto)
- 7) V109: Confidence: The armed forces (Confiança: forças armadas)
- 8) V113: Confidence: The police (Confiança: polícia)
- 9) V114: Confidence: The courts (Confiança: tribunais)
- 10) V115: Confidence: The government in your nation's capital (Confiança: governo federal)
- 11) V116: Confidence: Political Parties (Confiança: partidos políticos)
- 12) V117: Confidence: Parliament (Confiança: congresso nacional)
- 13) V118: Confidence: The Civil service (Confiança: serviço público)
- 14) V140: Importance of democracy (Importância da democracia)
- 15) V141: How democratically is this country being governed today (Como este país está sendo governado hoje no quesito democrático)
- 16) V214: I see myself as part of the [country] nation (Eu me vejo parte do meu país)
- 17) V226: Vote in elections: local level (Voto em eleições: nível local)
- 18) V227: Vote in elections: National level (Voto em eleições: nível nacional)

A partir do segundo e até o sexto indicador (V85 a V89) foi feita unificação para a elaboração de uma tabela que expressa a participação pelos entrevistados em qualquer ato político. Isso foi feito a partir da consideração das respostas positivas quanto a ter participado de algum ato político levando em conta qualquer um dos atos listados. O entrevistado foi quantificado uma única vez quando respondeu que havia participado de qualquer uma das opções ou, inclusive, de mais de uma das opções. Isto é cruzado com o perfil socioeconômico do entrevistado, a partir das três mesmas características trabalhadas anteriormente. Também foi elaborado um gráfico a partir dos mesmos dados com o número de participações por tipo de ato no qual esteve, sendo consideradas todas as participações de cada entrevistado.

Do sétimo e até o décimo terceiro indicador (V109, V113 a V118) foi realizada unificação para a elaboração de um índice que expressa o nível de confiança dada pelos entrevistados às instituições pertencentes ao governo. Isso foi feito a partir da quantificação das respostas em uma escala numérica seguida do cálculo da média destas respostas. Por fim, foi calculada a média dos números encontrados para cada indicador. O índice vai de -2 a 2 e, quanto maior, mais confiança. Os valores encontrados foram cruzados com os respectivos perfis socioeconômicos, ressaltando a diferença das características na confiança para com o governo. Também foi construída outra tabela que discrimina o índice de confiança por instituição. Os demais indicadores (V84, V140, V141, V214, V226 e V227) foram cruzados individualmente com as mesmas três características de perfil socioeconômico utilizadas nas dimensões anteriores, gerando tabelas comparativas.

4.2 DIMENSÃO BONDING: RELAÇÃO COM LAÇOS PRÓXIMOS

A presente seção busca explorar como se comportam grupos de diferentes perfis socioeconômicos no que tange à relação que cultivam com as pessoas mais próximas – mais especificamente, familiares e amigos. Uma característica desta dimensão é ter os laços entre as pessoas ocorrendo dentro da mesma posição social, isto é, com todas elas tendo muito em comum. De acordo com Monasterio (2002), são grupos homogêneos, voltados para dentro, nos quais as identidades dos membros são reforçadas. É a modalidade que remete diretamente ao conceito de laços fortes de Granovetter (1973, 2005), em que a proximidade dos agentes cria um relacionamento de lealdade e reciprocidade entre os membros dos grupos.

Os primeiros indicadores trabalhados ressaltam a importância dos laços próximos na vida dos indivíduos, a dimensão do papel que cumprem na vida de cada um. A família se mostra como o primeiro ambiente de relações e trocas, as quais em seguida transitam para os amigos íntimos. Desta foram, os laços próximos são colocados como os mais fortes, sendo natural que a importância atribuída a eles seja elevada.

Tabela 2: Índice de importância dos laços próximos (-2 < x < 2)

	Importância da família	Importância dos amigos	Índice de importância dos laços próximos
Classe social			
Classe baixa	1,85	0,92	1,38
Classe média	1,87	1,06	1,47
Classe alta	1,43	0,14	0,79
Idade			
Até 29	1,88	0,96	1,42
30 a 49	1,86	0,95	1,41
50 ou mais	1,83	1,01	1,42
Nível de escolaridade			
Sem educação formal	1,78	1,11	1,44
Ensino Fundamental	1,81	0,82	1,32
Ensino Médio	1,87	0,97	1,42
Universidade	1,92	1,36	1,64
Total	1,85	0,97	1,41

Fonte: elaboração própria a partir dos dados para Brasil do World Values Survey (2014)

O que se observa na tabela 2 quando se analisa a classe social do indivíduo é que ocorre uma diminuição do índice de importância atribuído à família a medida em que a classe aumenta. Indivíduos pertencentes às classes sociais mais baixas apresentam vínculos muito fortes com seus familiares e amigos, uma vez que a mobilização de grupos mais amplos de capital social é dificultada por sua condição de isolamento. Para os indivíduos das classes altas, aos grupos próximos é atribuído um valor relativamente menor – apesar de ainda alto. A capacidade destes sujeitos de transitar, interagir e cultivar grupos que vão além da esfera doméstica podem resultar em uma menor dependência dos grupos próximos.

Em relação à faixa etária, a variação entre mais jovens, adultos e mais velhos não foi muito significativa, demonstrando que apesar das diferenças geracionais a família e os amigos permanecem ocupando forte importância na vida do indivíduo.

Analisando o nível de escolaridade, é possível observar um valor crescente de atribuição de importância quando se observa os indivíduos a partir do ensino fundamental. Quanto maior a escolaridade, maior a importância colocada tanto para os familiares quanto para os amigos. A exceção se dá para os indivíduos que não apresentaram educação formal, os quais atribuem níveis altos de importância à família e em especial aos amigos. As condições

de isolamento que possivelmente estão presentes na vida daqueles que não tiveram acesso à escola também os fazem se conectar de forma mais forte com os laços próximos.

Os segundos indicadores trabalhados tratam da confiança dentre os laços próximos. Tanto Putnam como Fukuyama compartilham a ideia de que para se alcançar a prosperidade é necessária a presença da confiança, e que esta é fundamental para a existência do capital social. A tabela 3 explora essa perspectiva a partir dos grupos.

Tabela 3: Índice de confiança nos laços próximos (-2 < x < 2)

	Confiança na família	Confiança em quem conhece pessoalmente	Índice de confiança nos laços próximos
Classe social			
Classe baixa	1,49	-0,02	0,74
Classe média	1,59	0,27	0,93
Classe alta	1,57	0,43	1,00
Idade			
Até 29	1,55	-0,07	0,74
30 a 49	1,51	0,16	0,83
50 ou mais	1,54	0,18	0,86
Nível de escolaridade			
Sem educação formal	1,44	0,89	1,17
Ensino Fundamental	1,48	0,02	0,75
Ensino Médio	1,52	0,04	0,78
Universidade	1,68	0,44	1,06
Total	1,53	0,11	0,82

Fonte: elaboração própria a partir dos dados para Brasil do World Values Survey (2014)

A análise da variável confiança em laços próximos quando voltada para a classe social apresenta níveis crescentes relacionados com o aumento da classe. Também chama a atenção o fato dos indivíduos da classe baixa apresentarem confiança negativa em quem conhecem pessoalmente. Aqueles que provém desta classe apresentam uma grande diferença entre os níveis de confiança em família e em conhecidos, demonstrando a interdependência social – e, talvez, de sobrevivência – com a esfera doméstica. Os indivíduos da classe alta mostram níveis de confiança altos com a família e com os conhecidos, uma vez que transitam facilmente pelos grupos a partir de suas trocas facilitadas pelas possíveis melhores condições de renda.

Em relação à idade, observa-se uma diferença maior entre os mais jovens e os mais velhos. Aqueles com menos de 29 anos apresentaram índices de confiança mais baixos para

quem conhecem pessoalmente, sendo este inclusive negativo. A dependência da família nesta faixa etária pode explicar a confiança mais alta na esfera doméstica.

A análise dentro do nível de escolaridade se mostra semelhante à observada na tabela 2, com crescimento da confiança a partir do aumento da educação. A exceção permanece no grupo dos indivíduos sem educação formal, que atribuem grande confiança aos conhecidos, elevando o índice total de confiança com os laços próximos.

De maneira geral, é possível concluir que os laços próximos, apesar das variações encontradas, representam parte relevante na vida do brasileiro. Os índices atribuídos de importância e de confiança são altos e refletem a força das relações característica do capital social tipo *bonding*. Pessoas pertencentes à uma mesma família ou a um mesmo grupo de amigos tendem a ser mais próximos e a cultivar valores, hábitos e atividades em comum, o que fortalece a identificação e a aproxima a relação. Esta forma de capital social apresenta benefícios por estar fortalecida, uma vez que representa, de certa maneira, fonte vital de sobrevivência. A assistência prestada pelos familiares e pelos amigos próximos pode ser crucial para o desenvolvimento. Porém, os benefícios irão depender do balanceamento com as outras formas de capital social, já que sociedades com o tipo *bonding* muito forte e os tipos *bridging* e *linking* mais enfraquecidos tendem a apresentar tradições elitistas, racistas, sexistas ou com outras formas de preconceito. As próximas seções irão explorar alguns aspectos dessas outras duas dimensões.

4.3 DIMENSÃO BRIDGING: RELAÇÃO COM A COMUNIDADE LOCAL

Esta seção observa o comportamento dos brasileiros de diferentes características socioeconômicas em sua relação com as respectivas comunidades locais em que vivem. A dimensão em questão trata dos laços fracos pela terminologia de Granovetter, os quais definem relacionamentos entre pessoas de grupos sociais mais afastados. Tal forma de capital social permite transcender limitações de classe social, idade, escolaridade, etnia, gênero, ocupação e outras. Possibilita a integração entre um grupo maior de pessoas, sendo, portanto, mais abrangente e mais diversa. A relação que se estabelece é de confiança entre pessoas não necessariamente próximas dentro de seu ambiente de convívio mais imediato, o que gera circulação em uma dimensão maior de informações sobre a confiabilidade dos membros e sobre potenciais oportunidades que essa associação pode resultar. De acordo com Putnam,

“(…) como observou Granovetter, os vínculos interpessoais “fortes” (como parentesco e íntima amizade) são menos importantes do que os vínculos “fracos” (como conhecimentos e afiliação a associações secundárias) para sustentar a coesão comunitária e a ação coletiva” (PUTNAM, 1996, p. 185).

Putnam e Feldstein (2003) afirmam que tanto o capital *bonding* quanto o *bridging* são importantes para os atores sociais, mas o segundo tem ainda maior relevância para harmonizar democracia e diversidade, ao mesmo tempo em que esta segunda modalidade de capital social não se desenvolve de forma tão automática quanto a primeira. Neste sentido, subsidiando o que irá ser analisado nesta seção,

“(…) mesmo alguns aspectos da vida comunitária que aparentemente não têm relevância econômica direta, como a participação ativa em associações de diversos tipos – como clubes de serviços e entidades com objetivos culturais ou esportivos – passaram a ser considerados relevantes para explicar o desenvolvimento, na medida em que ajudam a aproximar os membros da comunidade, fortalecendo os laços existentes entre eles e tornando-os culturalmente mais propensos a colaborar no sentido de enfrentar problemas comuns” (CÉSAR e BANDEIRA, 2001, p. 39).

As participações em organizações da sociedade civil, portanto, se apresentam como importantes formas de realização do capital social tipo *bridging*. Porém, é importante analisar se a participação do indivíduo é realmente ativa ou se é esporádica e, além disso, qual o tipo de organização na qual se participa. Tais questões podem determinar um maior desenvolvimento de capital social e ainda mostrar quais organizações despertam maior empenhamento por parte dos brasileiros. Dessa maneira, a partir dos primeiros indicadores analisados pode-se observar como se dão essas questões no contexto do Brasil.

Tabela 4: Participação ativa em organizações da sociedade civil

	Não	Sim	Total
Classe social			
Classe baixa	40%	60%	885 (100%)
Classe média	36%	64%	574 (100%)
Classe alta	29%	71%	7 (100%)
Idade			
Até 29	46%	54%	392 (100%)
30 a 49	39%	61%	585 (100%)
50 ou mais	31%	69%	509 (100%)
Nível de escolaridade			
Sem educação formal	11%	89%	9 (100%)
Ensino Fundamental	35%	65%	653 (100%)
Ensino Médio	44%	56%	569 (100%)
Universidade	34%	66%	247 (100%)
Total	568	918	1486

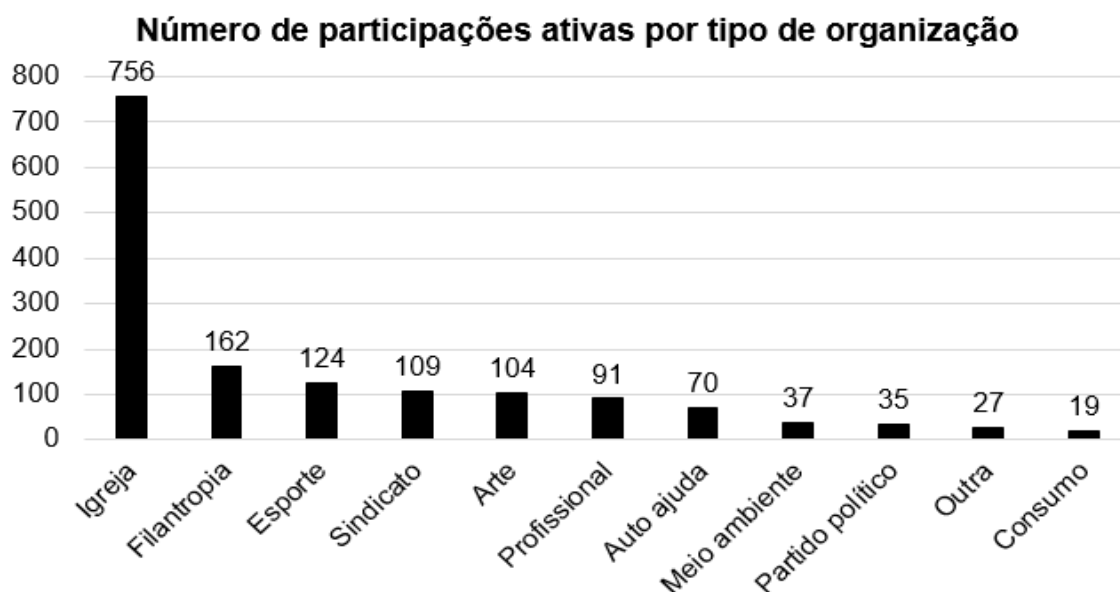
Fonte: elaboração própria a partir dos dados para Brasil do World Values Survey (2014)

**Tabela 5: Participação ativa em organizações da sociedade civil
(desconsiderando Igreja)**

	Não	Sim	Total
Classe social			
Classe baixa	72%	28%	885 (100%)
Classe média	68%	32%	574 (100%)
Classe alta	86%	14%	7 (100%)
Idade			
Até 29	74%	26%	392 (100%)
30 a 49	69%	31%	585 (100%)
50 ou mais	69%	31%	509 (100%)
Nível de escolaridade			
Sem educação formal	56%	44%	9 (100%)
Ensino Fundamental	74%	26%	653 (100%)
Ensino Médio	72%	28%	569 (100%)
Universidade	57%	43%	247 (100%)
Total	1044	442	1486

Fonte: elaboração própria a partir dos dados para Brasil do World Values Survey (2014)

Gráfico 1: Participações por tipo de organização



Fonte: elaboração própria a partir dos dados para Brasil do World Values Survey (2014)

A tabela 4 apresenta a participação ativa em organizações, sejam elas quais forem. Na ótica das classes sociais, é possível perceber que ocorre um aumento de participações à medida em que a classe aumenta. A classe baixa, por sua vez, mostra uma porcentagem alta de não participações. Novamente, a exclusão social muitas vezes ocasionada pela classe pode explicar o fato dos indivíduos com menores condições estarem se associando menos para fora de sua esfera doméstica. A interação com grupos externos é mais difícil de ser estabelecida quando o sujeito não detém outros recursos que possam ser dispendidos. Ademais, a participação permanece ocorrendo para a maioria, de forma geral, em todas as classes.

Em relação à idade dos entrevistados, os valores são semelhantes para as faixas mais altas, porém é mais baixo para a juventude, sendo a menor porcentagem observada. As dificuldades de engajamento dos jovens são preocupantes e podem ser justificadas pelas razões colocadas por Putnam (2003), em relação ao alienamento digital e ao distanciamento dos contatos que proporcionam a vivência cívica.

Quando se analisa o nível de escolaridade dos entrevistados, observa-se que os números são bastante semelhantes entre si, havendo apenas um número destoante para os indivíduos sem educação formal. Estes apresentam a maior porcentagem de participantes ativos.

A tabela 5 foi organizada a partir da exclusão das participações em igreja, visto que estas representavam a maior parte, o que será analisado no gráfico 1. O objetivo foi observar como se comportam os entrevistados na participação do conjunto das demais organizações, visto que a igreja, tradicionalmente, pode ser considerada uma instituição mais forte e sólida na vida do brasileiro. Nesta análise, cerca de 70% dos entrevistados alegou não ser membro ativo de mais nenhuma organização além da igreja, o que apresenta uma perspectiva pessimista acerca do capital social do tipo *bridging* em organizações que ultrapassem as tradicionais. As porcentagens mais baixas de participação em cada recorte foram, desta vez, observadas dentro da classe mais alta, dos jovens e dos com menos escolaridade. É notável que dentro da perspectiva de classe a relação se inverteu, o que mostra que grande parte das participações da classe alta eram realizadas na igreja. A baixa participação destas pessoas nas demais organizações pode ser explicada por não serem necessitadas de mobilizar muitas demandas ou ainda por não precisarem de auxílio externo.

O gráfico 1, por sua vez, explora o tipo de organização na qual se participa, podendo ser discriminadas por atividades. É possível observar que o maior número de participações ativas ocorre nas igrejas, sendo esse destoante dos demais tipos de organizações. Os espaços com maior caráter político e maior possibilidades de articulação de interesses, a exemplo dos sindicatos, das associações profissionais e dos partidos políticos, apresentaram muito baixo número de participação uma vez considerados os 1486 entrevistados. Respectivamente, a primeira organização apresentou 109 participações, a segunda 91 e a terceira 35, sendo que pode haver coincidência de entrevistados participando de mais de uma delas.

Apesar dos interesses nessas organizações serem compartilhados pelos membros, a participação requer a convivência com pessoas de diferentes grupos sociais. Esta forma de participação requer muito mais habilidade de interação e esforço por parte dos indivíduos, que se comprometem a participar das trocas estabelecidas. Contudo, os resultados de quando ocorre a participação a partir desta forma são bastante positivos para o desenvolvimento democrático.

Outro fator de análise é a disposição do indivíduo em cuidar de sua comunidade local e ajudar as pessoas que vivem nas proximidades. Ter a disponibilidade e a possibilidade de atuar na comunidade local reflete não só o contexto individual, mas a coesão do grupo sobre agir em coletivo.

Tabela 5: Importância em ajudar as pessoas da comunidade local

	Não importante	Importante	Muito importante	Total
Classe social				
Classe baixa	1%	62%	37%	885 (100%)
Classe média	2%	53%	45%	574 (100%)
Classe alta	-	43%	57%	7 (100%)
Idade				
Até 29	3%	63%	35%	392 (100%)
30 a 49	1%	62%	37%	585 (100%)
50 ou mais	1%	52%	47%	509 (100%)
Nível de escolaridade				
Sem educação formal	-	33%	67%	9 (100%)
Ensino Fundamental	1%	57%	42%	653 (100%)
Ensino Médio	1%	62%	36%	569 (100%)
Universidade	1%	57%	42%	247 (100%)
Total	20	870	593	1486

Fonte: elaboração própria a partir dos dados para Brasil do World Values Survey (2014)

A tabela 5 explora o nível de importância atribuído à ajuda na comunidade. Percebe-se um número bastante pequeno para todos os indivíduos que alegaram não ser importante ajudar a comunidade, o que é comum uma vez que os entrevistados acabam dando respostas mais positivas quando se trata de suas ações próprias. Portanto, para a análise serão observadas as diferenças dentre a escala de resposta mediana e a mais alta.

Na classe social, a diferença acontece de forma crescente, quanto maior a classe maior a disposição em ajudar a comunidade local. Mais da metade dos indivíduos da classe alta alegaram ser muito importante ajudar a comunidade, enquanto menos de 40% das pessoas da classe baixa realizam esta afirmação no mesmo tom. Mais uma vez, a exclusão social se coloca como empecilho para a disposição em auxiliar grupos mais externos.

Quanto à escolaridade, os níveis são bastante semelhantes entre si quando se observa os entrevistados que realizaram ensino fundamental, ensino médio e universidade. Novamente destoantes estão as pessoas sem nível formal de educação que apresentaram a maior disponibilidade em ajudar a comunidade local.

Mais um indicador importante na observação da dimensão *bridging* está relacionado ao sentimento de pertencimento à comunidade. As possibilidades de mobilização de capital social mais amplo dentro das sociedades também estão ligadas às questões íntimas do indivíduo de pertencimento ao grupo.

Tabela 6: Sentimento de pertencimento à comunidade local

	Não pertença	Pertença	Total
Classe social			
Classe baixa	8%	91%	885 (100%)
Classe média	7%	92%	574 (100%)
Classe alta	14%	86%	7 (100%)
Idade			
Até 29	10%	89%	392 (100%)
30 a 49	6%	93%	585 (100%)
50 ou mais	8%	92%	509 (100%)
Nível de escolaridade			
Sem educação formal	-	100%	9 (100%)
Ensino Fundamental	8%	91%	653 (100%)
Ensino Médio	7%	91%	569 (100%)
Universidade	9%	91%	247 (100%)
Total	113	1359	1486

Fonte: elaboração própria a partir dos dados para Brasil do World Values Survey (2014)

Em relação à classe social, percebe-se que a classe mais alta tem a porcentagem mais alta de não pertencimento e as classes mais baixas se assemelham nos resultados. Quanto à faixa etária, os mais jovens apresentam maior parcela de não pertencimentos enquanto os mais velhos apresentam valores semelhantes. O nível de escolaridade também mostra valores semelhantes. O sentimento de pertencimento, de forma geral, pode ser considerado bastante alto quando se trata da comunidade local, uma vez que a criação de identificação é mais facilitada nessa esfera que é relativamente próxima ao indivíduo.

Os indicadores observados exploraram algumas faces do tipo *bridging* de capital social, demonstrando como os diferentes grupos da sociedade brasileira interagem nesse aspecto. O fato dessa forma ultrapassar os grupos primários permite a interação e a superação de preconceitos a partir da vivência. Qualquer atividade de interação com estranhos ao grupo primário é capaz de desenvolver a forma *bridging*, seja em quaisquer tipos de organizações, independente de suas atividades. No caso brasileiro, inclusive a massiva participação nas igrejas tem seu papel na potencialização destas redes.

4.4 DIMENSÃO LINKING: RELAÇÃO COM O GOVERNO

A presente seção irá explorar como o brasileiro lida com as instituições formais do governo, seja diretamente, seja por meio de solicitação de demandas, e ainda as percepções da

sociedade acerca da democracia. Para tal, é levada em consideração esta dimensão, *linking*, que aborda as redes de relações entre grupos que interagem em situações de poder explícito, formal ou institucionalizado por parte de autoridades.

Os acadêmicos do Banco Mundial acrescentaram o conceito *linking* para descrever as relações entre pessoas ou instituições em diferentes níveis de hierarquia de poder social. Aqui, conectar o capital social difere do capital social tipo *bridging* porque as diferenças de poder entre os parceiros são uma parte consciente da relação. Enquanto *bridging* desenvolve a confiança horizontal entre grupos diferentes, *linking* envolve relações clássicas entre patrono e cliente. Em primeiro lugar, o interesse dos indivíduos com a política é capaz de refletir a disposição em se relacionar com as instituições que se encontram em níveis de poder acima.

Tabela 7: Interesse na política

	Nenhum	Mediano	Alto	Total
Classe social				
Classe baixa	44%	49%	7%	885 (100%)
Classe média	37%	52%	11%	574 (100%)
Classe alta	29%	57%	14%	7 (100%)
Idade				
Até 29	38%	55%	7%	392 (100%)
30 a 49	41%	51%	8%	585 (100%)
50 ou mais	45%	45%	10%	509 (100%)
Nível de escolaridade				
Sem educação formal	11%	78%	-	9 (100%)
Ensino Fundamental	52%	42%	6%	653 (100%)
Ensino Médio	38%	56%	6%	569 (100%)
Universidade	21%	57%	21%	247 (100%)
Total	616	741	125	1486

Fonte: elaboração própria a partir dos dados para Brasil do World Values Survey (2014)

A tabela 7 aborda esse interesse e, de forma geral, é possível perceber que o brasileiro apresenta muito altas taxas de respondentes com nenhum interesse na política, número correspondente a quase metade dos entrevistados. Uma pequena parcela, equivalente a cerca de 10% do total, alega ter alto interesse na política.

Na perspectiva das classes sociais, é notável que a classe baixa apresenta a maior porcentagem de entrevistados com nenhum interesse na política, ao passo em que a classe alta é a que mostra maior parcela de muito interessados. Apesar de todas as classes apresentarem suas maiores parcelas na resposta mediana, chama atenção o fato de que os pertencentes à classe baixa mostram muito menos disposição para dialogar sobre política do que os

entrevistados da classe alta. A perspectiva da exclusão se encaixa no sentido de ser mais possível aos mais ricos mobilizar recursos para a atividade política e para o diálogo com as instituições, ao mesmo tempo em que os mais pobres são afastados dessas esferas por sua fragilidade social.

A análise voltada para a faixa etária apresenta as maiores parcelas no nível mediano de interesse, sendo os demais níveis semelhantes dentre as gerações. Já o nível de escolaridade mostra uma grande divergência dentre os entrevistados que fizeram universidade e os que não fizeram. O grau de interesse alto na política tem uma porcentagem grande dentre os mais escolarizados, apesar de a maior parte ser no grau mediano. A escola, apesar de manter alguns níveis de hierarquia social, parece despertar a importância da política para a vida.

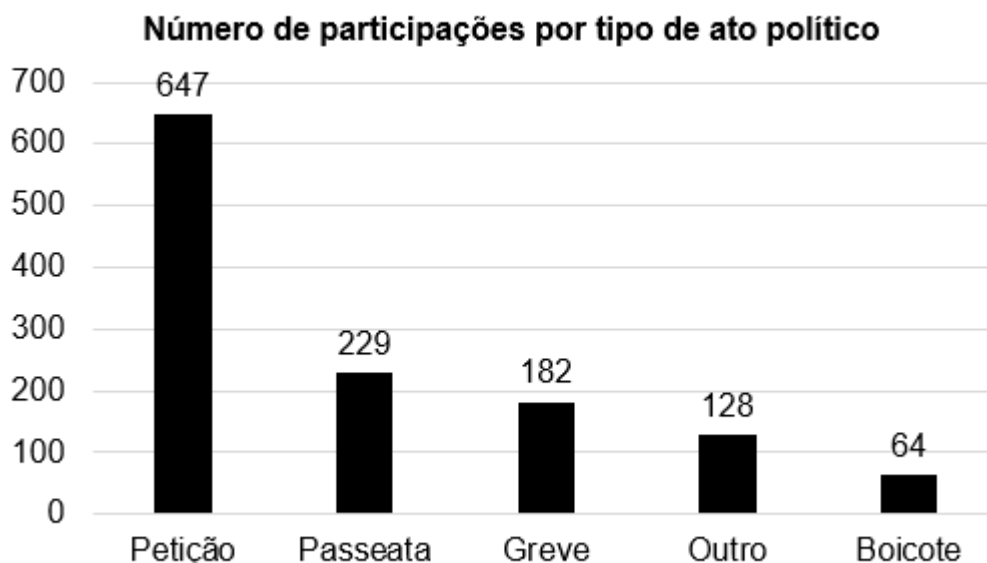
Concomitante à análise de interesses, é necessário também avaliar as participações naqueles atos políticos que representam o requerimento de demandas frente às instituições. Não basta apenas estar disposto a criar laços, mas deve-se efetivá-los com a participação.

Tabela 8: Participação em ato político

	Não	Sim	Total
Classe social			
Classe baixa	54%	46%	885 (100%)
Classe média	40%	60%	574 (100%)
Classe alta	71%	29%	7 (100%)
Idade			
Até 29	44%	56%	392 (100%)
30 a 49	43%	57%	585 (100%)
50 ou mais	58%	42%	509 (100%)
Nível de escolaridade			
Sem educação formal	89%	11%	9 (100%)
Ensino Fundamental	61%	39%	653 (100%)
Ensino Médio	45%	55%	569 (100%)
Universidade	21%	79%	247 (100%)
Total	722	764	1486

Fonte: elaboração própria a partir dos dados para Brasil do World Values Survey (2014)

Gráfico 2: participações por tipo de ato político



Fonte: elaboração própria a partir dos dados para Brasil do World Values Survey (2014)

A tabela 8 apresenta as participações nos atos políticos a partir das perspectivas socioeconômicas. Na análise das classes sociais, percebe-se que a classe alta é a que apresenta a maior porcentagem de não comparecimento e, portanto, a menor porcentagem de comparecimento. Enquanto isso, as classes média e baixa mostram níveis semelhantes. As possibilidades de mobilização de recursos para o alcance de interesses variam de forma diretamente proporcional ao aumento de classe, uma vez que são muito mais facilitadas para os grupos que apresentam capacidade de capital social maior, como os ricos. Dessa forma, a participação nos atos de reivindicações políticas demonstra a mobilização de grupo que costumam ter mais dificuldade no alcance de suas demandas por meio da articulação. Também chama atenção o fato de mesmo dentre as classes mais baixas o não comparecimento ser relevante.

Em relação à idade dos entrevistados, a menor participação se dá pelos mais velhos, apesar da análise ser semelhante dentre todas as faixas etárias. O comparecimento aos atos políticos é apenas um pouco maior do que a metade dos entrevistados, demonstrando pouca disposição de mobilização.

A escolaridade dos participantes foi fator novamente diferencial na dimensão de relação com o governo, de forma positiva. Os entrevistados com maior grau de ensino

apresentaram taxas bastante altas de comparecimento aos atos políticos, o que demonstra um papel relevante da escola no despertar do papel político do cidadão.

O gráfico 2 foca no tipo de ato político no qual ocorreram as participações, sendo o mais difundido a petição. Atos que demandam mais empenho e maior risco como as greves e os boicotes tiveram números pouco expressivos, demonstrando a disposição baixa da sociedade brasileira em reivindicar suas demandas e lutar pelos seus interesses de forma cívica e mobilizada.

Outra maneira muito importante de mensurar a força das redes é a partir da confiança estabelecida entre os atores. Assim como Putnam coloca, a influência deste indicador é questão central para a qualidade do capital social. Em contextos nos quais a cooperação do ator depende necessariamente da cooperação de todos, e nos quais o capital social é baixo, não cooperar pode ser racional porque, sem confiança, nunca se sabe se todos irão realmente cumprir sua palavra. Confiar ou não está histórica e politicamente determinado pela memória coletiva, e isso pode se apresentar como uma verdadeira armadilha social que aprisiona os atores em jogos coletivos não cooperativos (Rothstein, 2005).

Tabela 9: Índice de confiança no governo (-2 < x < 2)

Classe social	
Classe baixa	-0,50
Classe média	-0,36
Classe alta	-0,27
Idade	
Até 29	-0,51
30 a 49	-0,43
50 ou mais	-0,39
Nível de escolaridade	
Sem educação formal	0,57
Ensino Fundamental	-0,47
Ensino Médio	-0,46
Universidade	-0,34
Índice total	-0,44

Fonte: elaboração própria a partir dos dados para Brasil do World Values Survey (2014)

Tabela 10: Confiança no governo por instituição

Forças armadas	0,23
Polícia	-0,33
Tribunais	-0,12
Governo federal	-0,43
Partidos políticos	-1,24
Congresso nacional	-1,06
Serviço público	-0,13
Índice de confiança no governo	-0,44

Fonte: elaboração própria a partir dos dados para Brasil do World Values Survey (2014)

A tabela 9 mostra a confiança a partir dos segmentos sociais. Pode-se observar que, dentro das classes, é a mais alta que mais confia e a mais baixa que mais desconfia do governo. Quando se trata da idade, são os mais jovens aqueles que mais desconfiam e os mais velhos os que mais confiam. Os níveis de escolaridade demonstram uma maior confiança dentre os com maior grau de ensino, porém, com o diferencial dos respondentes sem escolaridade serem os mais confiantes no governo. De forma geral, o índice apresenta nível de desconfiança alto. Em relação à diferenciação por instituições representada pela tabela 10, são aquelas mais políticas tais quais os partidos políticos e o congresso nacional as que apresentam os maiores graus de desconfiança, tendendo ao máximo. As forças armadas são a única instituição que apresenta grau positivo de confiança para o brasileiro.

No que tange a discussão acerca do indicador relacionado à confiança nas instituições, porém, existem críticas quanto à consideração exclusiva de um resultado de confiança positivo significar exclusivamente algo bom para o capital social ou para a democracia. De acordo com Feres Jr. e Eisenberg (2006),

"(...) se queremos construir sociedades democráticas tomando como ponto de partida a realidade das democracias existentes e a realidade das demandas sociais feitas em seu seio, precisamos reintroduzir a dimensão 'confiança política', entendida como a confiança que o corpo de cidadãos deposita nas instituições responsáveis pelo reconhecimento, participação e distribuição de riqueza. O ato de confiar é muito mais complexo e contém inúmeras sutilezas que uma simples pergunta sobre o grau de confiança interpessoal entre os cidadãos de um país jamais será capaz de captar" (Feres Jr. e Eisenberg, 2006, p. 477)

Outro autor, Reis (2003), também perpassa essa crítica, colocando que a desconfiança nos governos poderia ser sinal de um maior *accountability* por parte dos cidadãos:

"Deve-se admitir, a propósito, que cidadãos 'cívicos', confiantes uns nos outros, poderão tender a cultivar em relação às suas instituições uma atitude vigilante e crítica, de efeitos potencialmente corrosivos quanto a indicadores de 'confiança institucional'. Ronald Inglehart concilia em termos análogos a decadência da confiança nos governos e nas instituições políticas registrada no Ocidente durante as últimas décadas com sua postulação de uma 'mobilização cognitiva' que resultaria em um paralelo aumento da intervenção direta dos cidadãos em assuntos públicos" (Reis, 2003, p. 46).

Articulando-se com o próximo aspecto a ser tratado – o da democracia –, essa discussão perpassa o entendimento de que, em contraposição a Reis, a confiança nas instituições e no seu bom funcionamento seria o elemento central do sucesso do regime democrático. Se trata, sobretudo, de medir se as pessoas confiam nas instituições, se acreditam em uma forma centralizada de resolução do conflito cooperativo ou se acreditam na capacidade das instituições em resolver problemas de ação coletiva, de promover reconhecimento e justiça distributiva e de mediar as relações interpessoais estimulando a participação política. Neste caso, ocorre a conclusão de que a democracia é resultado muito mais do desenho institucional e suas conseqüências do que da cultura política de uma determinada sociedade, como Putnam (1996) trabalha.

Tabela 11: Percepção da democracia pelos brasileiros (0 < x < 10)

	Índice de importância da democracia	Índice de avaliação da democracia no Brasil
Classe social		
Classe baixa	7,57	5,24
Classe média	8,09	5,4
Classe alta	5,71	3,43
Idade		
Até 29	7,76	5,26
30 a 49	7,64	5,28
50 ou mais	7,93	5,31
Nível de escolaridade		
Sem educação formal	6,67	6,44
Ensino Fundamental	7,29	5,09
Ensino Médio	7,82	5,46
Universidade	8,76	5,36
Índice total	7,56	5,21

Fonte: elaboração própria a partir dos dados para Brasil do World Values Survey (2014)

Os números encontrados relativos aos índices de importância atribuída à democracia e de avaliação do sistema no Brasil chamam atenção por serem baixos para a classe alta, demonstrando que não deposita crédito neste regime. A classe média, por sua vez, relaciona alta importância à democracia, porém não acredita que ela esteja ocorrendo da melhor forma no Brasil. A faixa etária dos entrevistados não apresentou variações muito significativas, apesar de os mais velhos terem presenciado o rompimento democrático e os mais jovens não. Quando se trata da escolaridade dos indivíduos, é notável a atribuição de uma maior importância à democracia por aqueles com universidade, o que pode ser reflexo de um maior conhecimento acerca do conceito em questão que por vezes pode ser complexo. De maneira geral, o brasileiro atribui importância alta à democracia, porém não acredita que ela esteja sendo aplicada da melhor maneira no país, sendo este último índice muito baixo.

Existe a tese de que o capital social, entendido como componente cultural essencial à democracia, teria um importante papel no sucesso de regimes democráticos, uma vez que ofereceria a confiança interpessoal, o "lubrificante necessário para o bom funcionamento das instituições. São os ciclos virtuosos sugeridos por Putnam o melhor exemplo desta relação de causalidade entre o comportamento dos indivíduos e a eficiência das instituições democráticas.

Outro indicador que reflete a coesão social no que tange o relacionamento com as esferas de poder, assim como observado na dimensão de relação com a comunidade local, é o sentimento de pertencimento. Desta vez atribuído à nação, permite observar como se comportam os segmentos.

Tabela 12: Sentimento de pertencimento à nação

	Não pertença	Pertença	Total
Classe social			
Classe baixa	7%	92%	885 (100%)
Classe média	5%	94%	574 (100%)
Classe alta	14%	86%	7 (100%)
Idade			
Até 29	9%	90%	392 (100%)
30 a 49	6%	94%	585 (100%)
50 ou mais	5%	94%	509 (100%)
Nível de escolaridade			
Sem educação formal	-	100%	9 (100%)
Ensino Fundamental	6%	92%	653 (100%)
Ensino Médio	7%	92%	569 (100%)
Universidade	5%	94%	247 (100%)
Total	95	1376	1486

Fonte: elaboração própria a partir dos dados para Brasil do World Values Survey (2014)

Expressado na tabela 12, este indicador apresenta valores semelhantes aos observados na dimensão anterior. A classe alta apresenta uma parcela considerável de não pertencimento, ao passo que as classes mais baixas se vêm mais parte do Brasil. Os valores observados para os outros dois segmentos, faixa etária e escolaridade, apresentam valores muito similares e, de forma geral, mostram alto sentimento de pertencimento.

Por fim, um indicador que também se relaciona com a temática da democracia e, talvez, possa ser considerado o exemplo mais factível do exercício democrático. A frequência do voto tem a capacidade de refletir como o eleitor de cada segmento lida com a escolha de seus líderes e qual importância atribui a esse poder.

Tabela 13: Frequência do voto

	Nível local			Total
	Nunca	Às vezes	Sempre	
Classe social				
Classe baixa	5%	9%	84%	885 (100%)
Classe média	6%	6%	83%	574 (100%)
Classe alta	14%	-	86%	7 (100%)
Idade				
Até 29	7%	10%	81%	392 (100%)
30 a 49	5%	8%	86%	585 (100%)
50 ou mais	5%	9%	83%	509 (100%)
Nível de escolaridade				
Sem educação formal	-	11%	89%	9 (100%)
Ensino Fundamental	6%	7%	85%	653 (100%)
Ensino Médio	5%	11%	82%	569 (100%)
Universidade	4%	9%	86%	247 (100%)
Total	78	132	1243	1486

Fonte: elaboração própria a partir dos dados para Brasil do World Values Survey (2014)

Frequência do voto

	Nível nacional			Total
	Nunca	Às vezes	Sempre	
Classe social				
Classe baixa	7%	8%	83%	885 (100%)
Classe média	6%	8%	83%	574 (100%)
Classe alta	14%	14%	71%	7 (100%)
Idade				
Até 29	9%	9%	78%	392 (100%)
30 a 49	5%	6%	86%	585 (100%)
50 ou mais	6%	8%	83%	509 (100%)
Nível de escolaridade				
Sem educação formal	-	22%	78%	9 (100%)
Ensino Fundamental	8%	6%	83%	653 (100%)
Ensino Médio	7%	9%	82%	569 (100%)
Universidade	3%	9%	87%	247 (100%)
Total	99	118	1232	1486

Fonte: elaboração própria a partir dos dados para Brasil do World Values Survey (2014)

Quando se observa o exercício do voto e a classe social do indivíduo, a nível nacional ocorre maior descomparcimento frequente. As demais classes se comportam de maneira semelhante entre nível local e nacional, ocorrendo em ambos uma frequência menor de descomparcimentos do que a observada na classe mais alta. Dentre os jovens a taxa de

descomparecimento é levemente maior do que a observada dentre os mais velhos, sendo semelhante em ambos os níveis. A maior escolaridade permite que haja a maior taxa de comparecimento frequente. De maneira geral, os níveis de comparecimento recente são bastante altos tanto a nível local quanto a nível nacional, não ocorrendo muitas diferenças de engajamento pelos eleitores. Uma vez que o exercício do voto é obrigatório no Brasil, o não comparecimento acarreta em problemáticas que por vezes impedem que ocorra a falta.

Como fechamento, a análise realizada na dimensão de relação com o governo obteve indicadores que refletem em partes o retrato da sociedade brasileira na forma *linking* de capital social. Ela se desenvolve ao longo do tempo, envolvendo tanto valores culturais compartilhados em relação à prestação de serviços quanto às relações confiáveis de longo prazo. O cenário brasileiro apresentou baixa participação política, uma forte desconfiança nas instituições e alta descrença na democracia. Criar novos laços de confiança nos relacionamentos de poder requer tempo e mudanças culturais significativas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução democrática até atingir seu significado contemporâneo passou por diversas transformações. Quando colocado em prática, o conceito apresenta explorações diversas e com resultados diferentes dependendo das sociedades que o adotam. Um aspecto fundamental para subsidiar o sucesso da democracia é a participação política dos cidadãos que se mostra bastante relacionada a uma característica: o capital social.

Essa capacidade de formação e mobilização de redes é entendida de forma diversa por vários autores, que estudam suas possibilidades de desenvolvimento. Para alguns, seria impossível fazer com que tal nível de relações resulte em consequências evolutivas positivas sem que a sociedade em questão tenha uma cultura cívica milenar e atuante. Outros atores mostram que o Estado teria a capacidade de reproduzir ambientes favoráveis à criação destas redes com o objetivo de desenvolvê-las. Afinal, se isso não fosse possível alguns países estariam fadados ao fracasso social por causa de suas tradições.

A partir de uma análise da formação social brasileira, pode-se incluir o país no grupo daqueles que não foram capazes de cultivar tradições cívicas de coletividade. O povo, formado por diversas etnias de muitas partes do mundo, apresenta uma característica forte de individualismo e personalismo. A esfera doméstica que abrange a família e os amigos próximos é permeada por relações de confiança e troca de favores, uma vez que a esfera pública não presencia o real sentimento de coletividade.

Tal cenário sofreu tentativas de intervenção a partir de ações Estado na época da redemocratização após o período militar, quando diversas políticas de participação com o objetivo de incitar a cidadania do povo foram implantadas. Nesse período, foi possível observar o aumento gradual da atuação cívica e da organização dos brasileiros no que tange a tentativa de alcance de demandas. A mobilização e o diálogo foram alimentados pelos instrumentos participativos de inovação democrática, criando um novo senso de coletividade e associativismo.

Utilizando-se dos dados da sexta onda do Word Values Survey, realizada aproximadamente trinta anos após a redemocratização, foi possível observar como o brasileiro lida com as relações domésticas, locais e institucionais. É possível perceber os impactos da formação social quando se compara questões como a confiança nas diferentes esferas da vida

do brasileiro. As relações domésticas permanecem como os laços principais e mais fortes, ao passo em que as relações com a comunidade local parecem estar em patamar um pouco mais evoluído. Quanto à relação com o governo, o brasileiro ainda tem baixa confiança e pouca capacidade de dialogar, demandar e participar dos processos democráticos coletivos. Também chama atenção a divergência de perfil daqueles que participam, sendo notáveis as diferenças entre gerações, gênero sexual e classe social.

Foi possível observar que a formação social do Brasil e a tradição cultural personalista ainda tem impacto nas formas de participação e relacionamento do brasileiro. Muito tem a se estudar, a partir do tema, para que se possa pensar nas possíveis soluções a serem exploradas pelo Estado que possam ativar e potencializar a coletividade na participação popular. O contexto atual brasileiro, porém, se mostra bastante fragilizado por apresentar crises democráticas, políticas e de representação que podem dificultar a formação e a consolidação do capital social. A análise de experiências de sucesso no que tange a essas situações e sua aplicação pelo governo brasileiro pode ser benéfica para a restauração da confiança nas instituições. Abrem-se caminhos para futuras pesquisas que busquem fazer a transposição de políticas participativas para o contexto brasileiro, com todas suas peculiaridades.

Como os governos variam de forma brusca ao longo do tempo, em termos de sua habilidade e disposição para agir como reprodutor na criação de organizações cívicas eficientemente desenvolvidas, então talvez os limites estejam localizados no governo e não na sociedade civil. Instituições públicas sólidas e inovadoras constituem-se em uma vantagem para a formação do capital social e para a busca do desenvolvimento econômico e social, não porque elas são instrumentos de centralização, mas, pelo contrário, porque elas são capazes de criar os modos mais variados de distribuição de poder, permitindo, assim, a descentralização e promovendo a autonomia e o desenvolvimento.

6 BIBLIOGRAFIA

ALONSO, Angela. **Joaquim Nabuco**. In: Botelho e Schwarcz (orgs.) Um Enigma Chamado Brasil

ARAÚJO, Ricardo B. Chuvas de Verão. **Antagonismos em Equilíbrio em Casa Grande e Senzala de Gilberto Freyre**. In: Schwarcz, op.Cit.; Ricupero, B. Sete Lições sobre as Interpretações do Brasil, pp.198-211

AVRITZER, L. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, v. 8, p. 383-398, 2012

AVRITZER, L. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. In: AVRITZER, Leonardo. (Org.). **Experiências nacionais de participação social**. Editora: Cortez. Belo Horizonte: 2010. p.7 – 12.

AVRITZER, L. **Participatory institutions in democratic Brazil**. Editora: MD: John Hopkins University Press. Baltimore, 2009.

AVRITZER, L. Democratization and changes in the pattern of association in Brazil. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, Cambridge, v. 42, n. 3, p. 59-76, 2000.

AVRITZER, L. **Conferências nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividade** SOUZA, C. H. L. (Org.). Brasília, DF: Ipea, 2013

BANDEIRA, P. S. Algumas hipóteses sobre as causas das diferenças regionais quanto ao capital social no Rio Grande do Sul. In: CORREA, S. M. S (org.). **Capital Social e Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 15-59.

BARBOSA, Livia. **O Brasil pelo Avesso: CMH e as interpretações da sociedade brasileira**. In: Gomes, Barbosa e Drummond; (orgs.) O Brasil não é para Principiantes, pp 43-59..]

BAIOCCHI, G. **Radicals in power: the Workers' Party and experiments in urban democracy in Brazil**. Editora Zed. London, 2003.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia; um desafio das regras do jogo**. 5ªed. Editora: Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1986.

BOBBIO, N. **Liberalismo e democracia**. 4ª. ed. Editora: Brasiliense. São Paulo, 1993.

BOBBIO, N. Quais as alternativas para a democracia representativa. In **O marxismo e o Estado**. Editora: Graal. Rio de Janeiro, 1979. p. 33-54.

BOBBIO, N. **Estado governo sociedade; para uma teoria geral da política**. 2ª edição. Editora: Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1997.

BONAVIDES, Paulo; PAES DE ANDRADE. **História Constitucional do Brasil**. 9ª Edição. Editora: OAB, Brasília, 2008.

BOSCHI, R. **A arte da associação**. Editora: Vértice. Rio de Janeiro, 1987.

BOSCHI, R.; DINIZ, E. **Empresários, Interesses e Mercado: Dilemas do Desenvolvimento no Brasil**. Editora: UFMG. Belo Horizonte, 2004.

BOSCHI, R.; DINIZ, E. A consolidação democrática no Brasil: atores políticos, processos sociais e intermediação de interesses. In: DINIZ, E.; BOSCHI, R.; LESSA, R. **Modernização e consolidação democrática no Brasil: dilemas da nova república**. Editora: IUPERJ/Vértice. Rio de Janeiro/São Paulo, 1989. p. 23-37.

BOURDIEU, P. O capital social – notas provisórias. In: CATANI, A.; NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) **Escritos de Educação**. Editora Vozes. Petrópolis, 1998.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 6 ed. Editora: Bertrand. Rio de Janeiro, 2003. p.322.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. 4 ed. Editora: Papirus. Campinas, 2003.p. 224

CAENEGEM, R.C. van. **Uma introdução histórica ao direito constitucional ocidental**. Edsitora: Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 2009.

CERRONI, U. **Política: métodos, teorias, processos, sujeitos, instituições, categorias**. Editora: Brasiliense. São Paulo, 1993.

COLEMAN, J. S. **Foundations of Social Theory**. Editora: Harvard University Press. Cambridge, 1990. p. 9- 93.

CUNHA, E. S. M. Inclusão social e política: o desafio deliberativo dos conselhos municipais de Assistência Social. In: AVRITZER, L. (Org.). **A dinâmica da participação local no Brasil**. Editora Cortez. São Paulo, 2010. p. 93-128 .

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania: In: DAGNINO, E. (Org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. Editora: Brasiliense. São Paulo, 1994. p. 103-115.

DAHL, Robert A. **A democracia e seus críticos**. Editora: WMT Martins Fontes. São Paulo, 2012.

DURSTON, J. **Qué es el capital social comunitario?**. Serie Políticas Sociales. Santiago de Chile: CEPAL, n.38, 2000.

EVANS, Peter. Government action, social capital and development. In: EVANS, Peter (ed.) **Statesociety synergy: government and social capital in development**. Editora: Berkeley University of California. Berkeley, 1995.

FERES JR., J. ; EISENBERG, J. **Dormindo com o inimigo: uma crítica ao conceito de confiança**. Dados, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 457-481, 20016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v49n3/a01v49n3.pdf>. Acesso em: 30 julho de 2018.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

GRANOVETTER The impact of social structure on economic outcomes. **Journal of Economic Perspectives**. Winter, v. 19, n. 1, p. 33-50, 2005.

GUIMARÃES, J. Culturas brasileiras da participação democrática. In: AVRITZER, L. (Org.). **Experiências nacionais de participação social**. Editora: UFMG/Cortez. Belo Horizonte/São Paulo, 2010. p.13-26.

HANIFAN, L. J. **The Rural School Community Center**. The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science. 1916. Vol 67, Issue 1, pp. 130 - 138.

HIGGINS, Silvio Salej. **Fundamentos Teóricos do Capital Social**. Editora: Argos Ed. Universitária. Chapecó, 2005. p.263.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26ª ed.. Editora: Companhia das Letras, 1995. São Paulo,

JACOBS, JANE. **Morte e vida de grandes cidades**. Editora: Martins Fontes. São Paulo, 2000.

KERSTENETZKY, C. L. **O Estado do bem-estar social na idade da razão: a reinvenção do Estado social no mundo contemporâneo**. Editora: Elsevier. Rio de Janeiro, 2012.

LIMA, Nísia. **Euclides da Cunha, o Brasil como Sertão**. In: Botelho e Schwarcz(orgs.) Um Enigma Chamado Brasil, pp. 104-117.

LAMBERTUCCI, A. R. A participação social no Governo Lula. In: AVRITZER, L. (Org.). **Experiências nacionais de participação social**. Editora: : UFMG/Cortez, Belo Horizonte/São Paulo, 2010. p.70-89 .

MILANI, C. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)**. Site da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Disponível em: www.adm.ufba.br/capitalsocial. Acesso em: 08 de junho de 2004.

MONASTERIO, L. M. **Capital Social e a Região Sul do Rio Grande do Sul**. 2002. 213f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

MONTESQUIEU, C. L. de S. Do espírito das leis. In **Os Pensadores**. 2ª.ed. Editora: Abril Cultural .São Paulo, 1979.

OFFE, C. **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**. Editora: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 1991.

POGREBINSCHI, T. **Participação como método democrático de gestão**. As conferências nacionais de políticas públicas durante o Governo Lula. 2012.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. 3 ed. Editora: FGV. Rio de Janeiro, 2002. p. 260.

PUTNAM, R. D.; FELDSTEIN, L. M. **Better together: restoring the American community**. Editora: Simon & Schuster. New York, 2003.

REIS, B. P. W. Capital social e confiança: questões de teoria e método. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 21, p. 35-49, nov 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n21/a04n21.pdf>. >. Acesso em: 30 jan.2010.

RICUPERO, B. **Caio Prado Jr. e o lugar do Brasil no mundo**. In: Schwarcz, op.Cit.; Ricupero, B. Sete Lições sobre as Interpretações do Brasil, pp.129-153.

RICÚPERO, Bernardo. **Sete Lições sobre as Interpretações do Brasil**. INTRODUÇÃO –As Idéias fora do Lugar

ROTHSTEIN, B; STOLLE, D. **Introduction: Social Capital in Scandinavia**. Scandinavian Political Studies, 2003

ROTHSTEIN, B. **Social Trap and the Problem of Trust**. Editora: Cambridge University. Cambridge (UK), 2005.

ROUSSEAU, J. J. Do contrato social. In : **Os pensadores**. 3ª ed. Editora: Abril Cultural. São Paulo, 1983. p.15 – 145.

SANTOS, W. G. **Razões da desordem**. Editora Rocco. Rio de Janeiro, 1993.

SABATINI, F. Social capital and the quality of economic development. **Kyklos**. v. 61, n. 3, p. 466-9, aug. 2008.

SEELE, A.; PERUZZOTI, E. **Participatory innovation and representative democracy in Latin America**. Editora: MD: Woodrow Wilson Press/John Hopkins University Press. Baltimore, 2009.

SCHWARCZ, Lilia. **Nina Rodrigues, um radical do pessimismo**. In: Botelho e Schwarcz(orgs.) Um Enigma Chamado Brasil, pp. 90-103.

SMITH, G. **Democratic innovations: designing institutions for citizen participation**. Editora: Cambridge University Press .Cambridge, 2009.

SOUZA, C. H. L. Partilha de poder decisório em processos participativos nacionais. 152 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SMITH, G. **Democratic innovations: designing institutions for citizen participation**. Editora: Cambridge University Press .Cambridge, 2009.

SZRETER, S; WOOLCOCK, M. Health by association? Social capital, social theory, and the political economy of public health. **International Journal of Epidemiology**, v 33(4), p. 650 – 67., 2004

TATAGIBA, L. **Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil**. In : DAGNINO, E. (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. 2002, São Paulo : Paz e Terra.

WEGNER, Robert. **Caminhos de Sérgio Buarque de Hojanda**. In: Schwarcz, op.Cit.; Ricupero, B. Sete Lições sobre as Interpretações do Brasil, pp.101-127; Cândido, Antônio. O Significado de Raízes do Brasil

WOOLCOCK, M. M. The place of social capital in understanding social and economic outcomes. **Isuma: Canadian Journal of Policy Research**, p. 11 – 17, 2001.

ANEXO A – Questionário World Values Survey (2010-2014)

2010 -2014 WORLD VALUES SURVEY

A1. Data da entrevista ___ / ___ / 2014

A3. Horário de início ____ h ____ min

V1. Survey onda número: 6 (sexta onda).

V2. Código do país: 076 (Brasil)

V3. Número do questionário (4 dígitos de identificação): _____

(APRESENTAÇÃO DO ENTREVISTADOR):

Olá, **Eu sou do** . Estamos realizando um estudo mundial sobre o que as pessoas valorizam na vida. . Neste estudo, será entrevistada uma amostra de pessoas que representam a maior parte da população mundial. Seu nome foi selecionado aleatoriamente como parte dessa amostra representativa no Brasil. Gostaria de perguntar sua visão sobre diversos assuntos. Suas respostas serão confidenciais, mas contribuirão para uma melhor compreensão sobre o que as pessoas ao redor do mundo pensam e querem da vida.

(MOSTRE O CARTÃO A)

Para cada um dos itens seguintes, indique em que medida eles são importantes em sua vida. O(A) Sr(a) diria que: *(leia cada item e assinale uma resposta)*

	Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Não é importante
V4. Família	1	2	3	4
V5. Amigos	1	2	3	4
V6. Tempo livre	1	2	3	4
V7. Política	1	2	3	4
V8. Trabalho	1	2	3	4
V9. Religião	1	2	3	4

**NOTA: assinale, mas não leia, nem agora nem durante a toda a entrevista: -1 Não sabe (NS)
-2 Não respondeu (NR)
-3 Não se aplica (NSA)**

V10. Em geral, o(a) Sr.(a) se considera uma pessoa: *(leia e assinale uma resposta):*

- 1 Muito feliz
- 2 Feliz
- 3 Não muito feliz
- 4 Infeliz

V11. Em geral, como está sua saúde? *(leia e assinale uma resposta):*

- 1 Muito boa
- 2 Boa
- 3 Razoável
- 4 Ruim

(MOSTRE CARTÃO B)

Aqui está uma lista de qualidades que as crianças podem aprender em casa. Entre essas qualidades, quais o(a) Sr.(a) acha que são as mais importantes para estimular e ensinar aos seus filhos?

Escolha até cinco respostas. *(assinale até cinco opções, no máximo)*

	Mencionada	Não Mencionada
V12. Independência	1	2
V13. Ser trabalhador	1	2
V14. Responsabilidade	1	2
V15. Criatividade	1	2
V16. Tolerância e respeito pelos outros	1	2
V17. Saber economizar (dinheiro e outros bens)	1	2
V18. Determinação e perseverança	1	2
V19. Ter fé religiosa	1	2
V20. Não ser egoísta	1	2
V21. Obediência	1	2
V22. Auto-expressão (pensar por si mesmo)	1	2

(MOSTRE O CARTÃO C)

V23. Em geral, em que medida o(a) Sr.(a) está satisfeito ou insatisfeito com sua vida ultimamente.:
Usando este cartão, em que 1 quer dizer “completamente insatisfeito” e 10 quer dizer
“completamente satisfeito”, em que ponto o Sr(a) colocaria sua satisfação com a vida ? (*assinale um número*):

Completamente insatisfeito											Completamente satisfeito
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		

V24. De modo geral, o(a) Sr(a). diria que pode confiar na maioria das pessoas ou precisa ser muito cuidadoso com elas? (*assinale uma resposta*)

- 1 A maioria das pessoas são de confiança.
- 2 É preciso ser muito cuidadoso.

Agora eu vou ler uma lista de organizações/associações voluntárias. Gostaria de saber se o(a) Sr(a) pertence e participa de cada uma delas, se pertence, mas não participa ou não pertence a essas organizações/associações. (*leia os itens e assinale uma resposta para cada*)

	Pertence e participa	Pertence, mas não participa	Não pertence
V25. Igreja ou organização/grupo de religião	2	1	0
V26. Organização/associação esportiva ou recreativa	2	1	0
V27. Organização/associação artística, musical ou educacional	2	1	0
V28. Sindicato	2	1	0
V29. Partido político	2	1	0
V30. Organização/associação de meio ambiente	2	1	0
V31. Associação profissional	2	1	0
V32. Organização/associação humanitária ou de caridade	2	1	0
V33. Organização/associação de consumidores	2	1	0
V34. Grupo de auto-ajuda, grupo de ajuda mútua	2	1	0
V35. Outra organização	2	1	0

(MOSTRE O CARTÃO E)

Nesta lista, há vários grupos de pessoas. O Sr(a) poderia, por favor, mencionar quais o(a) Sr.(a) não gostaria de ter como vizinhos? (*assinale todas as citadas*)

	Mencionado	Não mencionado
V36. Viciados em drogas	1	2
V37. Pessoas de outras raças	1	2
V38. Pessoas com AIDS	1	2
V39. Trabalhadores imigrantes ou estrangeiros	1	2
V40. Homossexuais	1	2
V41. Pessoas de outras religiões	1	2
V42. Pessoas que bebem demais	1	2
V43. Casais que não são casados, mas moram juntos	1	2
V44. Pessoas que falam uma língua diferente	1	2
V44A. Pessoas negras	1	2
V44B. Prostitutas	1	2
V44C. Ex-presidiários	1	2
V44D. Menores infratores (pivetes/trombadinhas etc.)	1	2
V44E. Favelados	1	2
V44F. Idosos	1	2
V44G. Doentes mentais	1	2

O(A) Sr.(a) concorda, nem concorda nem discorda, ou discorda das seguintes afirmações? *(leia os itens e assinale uma resposta para cada)*

	Concordo	Nem concorda nem discorda	Discordo
V45. Quando há poucos empregos, os homens devem ter mais direito a um emprego do que as mulheres.	1	2	3
V46. Quando há poucos empregos, os empregadores deveriam dar mais prioridade aos brasileiros do que aos estrangeiros.	1	2	3
V47. Se a mulher ganha mais dinheiro que o seu marido, é quase certo que isso causará problemas	1	2	3
V48. Ter um emprego é a melhor forma para uma mulher ser uma pessoa independente.	1	2	3

Para cada uma das seguintes afirmações que eu irei ler, gostaria que você dissesse em que medida você concorda ou discorda de cada uma. Você concorda totalmente, concorda, discorda ou discorda totalmente. *(leia os itens e assinale uma resposta para cada):*

	Concorda totalmente	Concorda	Discorda	Discorda totalmente
V49. Um dos meus principais objetivos na vida é fazer meus pais se orgulharem de mim.	1	2	3	4
V50. Quando a mãe tem um trabalho remunerado, as crianças sofrem.	1	2	3	4
V51. De modo geral, os homens são melhores líderes políticos do que as mulheres.	1	2	3	4
V52. Fazer faculdade é mais importante para os homens do que para as mulheres.	1	2	3	4
V53. De modo geral, os homens fazem negócios melhor do que as mulheres.	1	2	3	4
V54. Ser dona de casa traz tanta realização quanto trabalhar fora e ganhar salário.	1	2	3	4

V55. Algumas pessoas pensam que têm total liberdade de escolha e controle total sobre suas vidas; outras pensam que o que elas fazem não tem nenhuma influência sobre o que acontece em sua vida. Por favor, use essa escala, em que 1 quer dizer “nenhuma liberdade de escolha” e 10 quer dizer “total liberdade de escolha”, quanto de liberdade de escolha e controle o(a) Sr.(a) acha que tem sobre o que acontece em sua vida? *(assinale um número):*

Nenhuma liberdade de escolha	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Total liberdade de escolha
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

(MOSTRE O CARTÃO F)

V56. O(A) Sr(a) acha que a maioria das pessoas tentariam levar vantagem sobre o(a) Sr(a) se tivessem uma chance ou tentariam ser justas? Mostre sua resposta baseada no cartão, em que 1 significa “as pessoas tentariam levar vantagem sobre o(a) Sr(a)” e 10 significa que “as pessoas tentariam ser justas”. *(assinale um número)*

As pessoas tentariam levar vantagem sobre o(a) Sr(a)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	As pessoas tentariam ser justas
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

V57. Atualmente, o(a) Sr(a) está: *(leia e assinale uma resposta):*

- 1 Casado
- 2 Morando junto como casado
- 3 Divorciado
- 4 Separado
- 5 Viúvo
- 6 Solteiro

V58. O(A) Sr(a) tem filhos? *(assinale "0" caso não tenha, e o respectivo número em caso positivo):*

- 0 Não
- 1 Um filho(a)
- 2 Dois filhos
- 3 Três filhos
- 4 Quatro filhos
- 5 Cinco filhos
- 6 Seis filhos
- 7 Sete filhos
- 8 Oito filhos ou mais

(MOSTRE O CARTÃO H)

V59. Em que medida o(a) Sr.(a) está satisfeito com a situação da renda de sua família? Use este cartão, novamente, para ajudá-lo em sua resposta. *(assinale um número):*

Completamente insatisfeito											Completamente satisfeito
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		

(MOSTRE O CARTÃO I)

V60. Fala-se muito sobre quais objetivos o Brasil deve procurar atingir nos próximos dez anos. Neste cartão estão alguns objetivos que as pessoas dariam prioridade. O(a) Sr.(a) poderia dizer qual desses você mesmo considera o mais importante? *(assinale uma resposta na coluna "primeiro mais importante"):*

V61. E qual seria o segundo mais importante? *(assinale uma resposta na coluna "segundo mais importante")*

	V60 Primeiro mais importante	V61 Segundo mais importante
Alto nível de crescimento econômico.	1	1
Garantir um forte sistema de defesa militar para o país	2	2
Aumentar a participação das pessoas nas decisões que são tomadas em seus trabalhos e em suas comunidades	3	3
Tentar fazer com que as nossas cidades e o interior do país fiquem mais bonitos.	4	4

(MOSTRE O CARTÃO J)

V62. Se tivesse que escolher, qual dessas coisas o(a) Sr.(a) diria que é a mais importante atualmente? (assinale uma resposta na coluna "o primeiro mais importante"):

V63. E qual seria o segundo mais importante? (assinale uma resposta na coluna "o segundo mais importante"):

	V62 Primeiro mais importante	V63 Segundo mais importante
Manter a ordem no País.	1	1
Aumentar a participação do povo nas decisões importantes do Governo.	2	2
Combater o aumento dos preços.	3	3
Proteger a liberdade de expressão.	4	4

(MOSTRE O CARTÃO K)

V64. Aqui está outra lista. Em sua opinião, qual dessas coisas é a mais importante? (assinale uma resposta na coluna "primeiro mais importante"):

V65. E qual seria o segundo mais importante? (assinale uma resposta na coluna "segundo mais importante"):

	V64 Primeiro mais importante	V65 Segundo mais importante
Uma economia estável.	1	1
Progresso em direção a uma sociedade mais humana e menos impessoal	2	2
Progresso em direção a uma sociedade na qual as ideias têm mais valor que o dinheiro.	3	3
Combate à criminalidade.	4	4

V66. Naturalmente, ninguém quer que aconteça uma guerra; mas se isso acontecesse, o(a) Sr.(a) estaria disposto a lutar pelo Brasil? (assinale uma resposta):

- 1 Sim
- 2 Não

Vou ler uma lista de mudanças que poderiam acontecer no nosso modo de vida nos próximos anos. Se cada uma dessas coisas acontecesse, o(a) Sr.(a) acharia bom, ruim ou nenhum dos dois? (leia e assinale uma resposta para cada afirmação)

	Bom	Nenhum dos dois	Ruim
V67. O trabalho passasse a ser menos importante em nossas vidas.	1	2	3
V68. Mais importância ao desenvolvimento da tecnologia.	1	2	3
V69. Mais respeito pelas autoridades.	1	2	3

(MOSTRE O CARTÃO L)

Agora irei descrever algumas pessoas. Usando este cartão indique se a descrição é muito parecida, se é parecida, se é parecida com o(a) Sr(a) em algumas coisas, se é diferente em algumas coisas, diferente ou se é muito diferente do(a) Sr(a). (assinale uma resposta para cada afirmação e leia as opções):

	Muito parecida comigo	Parecida comigo	Parecida comigo em algumas coisas	Diferente de mim em algumas coisas	Diferente de mim	Muito diferente de mim
V70. Ter novas ideias e ser criativo é o que conta para essa pessoa. Ela prefere fazer as coisas do seu jeito.	1	2	3	4	5	6
V71. Para essa pessoa, o que importa é ser rico, ter muito dinheiro e coisas caras.	1	2	3	4	5	6
V72. O importante para essa pessoa é viver num ambiente seguro e evitar o que pode ser perigoso.	1	2	3	4	5	6
V73. Para essa pessoa é importante se divertir e fazer o que gosta.	1	2	3	4	5	6
V74. É importante para essa pessoa fazer algo para o bem da sociedade.	1	2	3	4	5	6
V74B. Para essa pessoa, o importante é poder ajudar as pessoas que estão próximas e se preocupar com o bem-estar delas.	1	2	3	4	5	6
V75. Para essa pessoa, o importante é ter muito sucesso e que as pessoas reconheçam suas conquistas.	1	2	3	4	5	6
V76. Ter uma vida emocionante é o importante para essa pessoa. Aventuras e riscos são parte fundamental da vida.	1	2	3	4	5	6
V77. Para essa pessoa é importante se comportar de maneira correta e evitar fazer qualquer coisa que as pessoas achem errado.	1	2	3	4	5	6
V78. Se preocupar com o meio ambiente e com a natureza é importante para essa pessoa.	1	2	3	4	5	6
V79. A tradição é importante para essa pessoa; ela segue os costumes da religião ou da família.	1	2	3	4	5	6

V80. Agora eu vou ler alguns problemas. Por favor, indique quais desses problemas o(a) Sr(a) considera o mais grave para o mundo como um todo. *(leia e assinale apenas uma resposta)*

- | | |
|---|---|
| Pessoas vivendo na pobreza e passando necessidades. | 1 |
| Discriminação contra mulheres e meninas. | 2 |
| Falta de água tratada, de esgoto e doenças infecciosas. | 3 |
| Educação inadequada. | 4 |
| Poluição do meio ambiente. | 5 |

V81. Aqui estão dois argumentos que as pessoas usam quando discutem o meio ambiente e o crescimento econômico. Qual delas se aproxima mais do seu ponto de vista? *(leia e assinale uma resposta):*

- 1 A proteção do meio ambiente deveria ser prioritária, mesmo se desacelerasse o desenvolvimento econômico e diminuísse a oferta de empregos.
- 2 Desenvolvimento econômico e criação de empregos deveriam ser prioritários, mesmo que o meio ambiente sofra algum dano.
- 3 Outra resposta *(anote se a resposta for espontânea)*: _____.

Durante os últimos dois anos você...

V82. Doou dinheiro para alguma organização de proteção do meio-ambiente?

1. Sim
2. Não

V83. Participou de alguma manifestação em defesa do meio ambiente?

1. Sim
2. Não

V84. Em que medida o(a) Sr.(a) se interessa por política? O(A) Sr(a) é: *(leia e assinale uma resposta)*

- 1 Muito interessado
- 2 Um pouco interessado
- 3 Não muito interessado
- 4 Não sou interessado

Vou ler algumas formas de atuação política que as pessoas podem ter e gostaria que me dissesse se já fez alguma dessas coisas, se poderia vir a fazer ou se não faria nunca. *(leia e assinale uma resposta para cada afirmação)*

	Já fiz	Poderia fazer	Não faria nunca
V85. Assinar um abaixo-assinado	1	2	3
V86. Participar de boicotes	1	2	3
V87. Participar de manifestações pacíficas	1	2	3
V88. Participar de greves	1	2	3
V89. Qualquer outro ato de protesto	1	2	3

ENTREVISTADOR: LEIA A V90 – V94 SOMENTE PARA AQUELES QUE RESPONDERAM “Já fiz” A ATIVIDADE CORRESPONDENTE)

No Tablet eu intercalei as correspondentes da 90 a 94 nas 85 a 89

No último ano, quantas vezes o(a) Sr.(a) participou de cada uma das seguintes atividades? *(leia e assinale uma resposta para cada atividade)*

	Nenhuma	Uma vez	Duas vezes	Três vezes	Mais de três vezes
V90. Assinar um abaixo-assinado	1	2	3	4	5
V91. Participar de boicotes	1	2	3	4	5
V92. Participar de manifestações pacíficas	1	2	3	4	5
V93. Participar de greves	1	2	3	4	5
V94. Qualquer outro ato de protesto	1	2	3	4	5

(MOSTRE O CARTÃO P)

V95. Quando se trata de política, as pessoas falam de “esquerda” e de “direita”. De um modo geral, onde o(a) Sr.(a) colocaria sua visão nesta escala? *(assinale um número)*

Esquerda
1 2 3 4 5 6 7 8 9 Direita
10

(MOSTRE O CARTÃO Q)

Agora gostaria que o(a) Sr(a) desse sua opinião sobre vários assuntos. Como o(a) Sr(a) classificaria seu ponto de vista usando essa escala? 1 significa que o(a) Sr(a) concorda totalmente com a afirmação da esquerda e 10 significa que o(a) Sr(a) concorda totalmente com a afirmação da direita; e se seu ponto de vista está entre as afirmações, escolha um número entre elas. *(assinale um número por questão):*

V96.											
Os salários deveriam ser mais parecidos											As diferenças salariais deveriam ser maiores para incentivar o esforço individual
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V97.											
Empresas e negócios particulares devem aumentar											Empresas e negócios do governo devem aumentar
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V98.											
O governo deveria se responsabilizar mais para garantir boas condições de vida a todos											As pessoas deveriam se responsabilizar mais por elas mesmas
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V99.											
A concorrência é boa porque estimula as pessoas a trabalhar mais e desenvolver novas ideias											A concorrência é ruim porque desperta o que há de pior nas pessoas
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V100.											
No futuro, a pessoa trabalhadora consegue uma vida melhor											Ser uma pessoa trabalhadora não necessariamente traz sucesso. É mais uma questão de sorte e de contatos
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V101.											
As pessoas só podem enriquecer às custas dos outros											A riqueza pode aumentar e ser suficiente para todos
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V101A.											
Ter uma boa educação é fundamental para ter uma vida melhor											No Brasil, é possível ter uma vida melhor mesmo sem uma boa educação
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

Gostaria de perguntar em que medida o(a) Sr(a) confia nos seguintes grupos. O(A) Sr(a) poderia me dizer se confia totalmente, em parte, pouco ou não confia nas pessoas dos grupos abaixo. *(leia e assinale uma resposta para cada item)*

	Confia totalmente	Confia em parte	Confia pouco	Não confia
V102. Sua família	1	2	3	4
V103. Seus vizinhos	1	2	3	4
V104. Pessoas que você conhece pessoalmente	1	2	3	4
V105. Pessoas que você está vendo pela primeira vez	1	2	3	4
V106. Pessoas de outras religiões	1	2	3	4
V107. Pessoas de outros países	1	2	3	4

Vou citar o nome de algumas organizações. Para cada uma, o(a) Sr(a) poderia me dizer em que medida confia: confia totalmente, em parte, pouco ou não confia nessas organizações? *(leia e assinale uma resposta para cada item)*

	Confia totalmente	Confia em parte	Confia pouco	Não confia
V108. Igrejas	1	2	3	4
V109. Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica)	1	2	3	4
V110. Imprensa	1	2	3	4
V111. Televisão	1	2	3	4
V112. Sindicatos	1	2	3	4
V113. Polícia	1	2	3	4
V114. Justiça	1	2	3	4
V115. Governo Federal	1	2	3	4
V116. Partidos políticos	1	2	3	4
V117. Congresso Nacional (Câmara e Senado)	1	2	3	4
V118. Serviço público	1	2	3	4
V119. Universidades	1	2	3	4
V120. Grandes Empresas	1	2	3	4
V121. Bancos	1	2	3	4
V122. Organizações de meio ambiente	1	2	3	4
V123. Organizações de mulheres	1	2	3	4
V124. Organizações humanitárias ou de caridade	1	2	3	4
V125. Mercosul	1	2	3	4
V126. Nações Unidas (ONU)	1	2	3	4
V126a. Escolas públicas	1	2	3	4
V126b. Professores	1	2	3	4

Vou descrever alguns tipos de sistemas políticos e gostaria de saber o que o(a) Sr(a) pensa sobre cada um deles como modo de governar o País. Para cada um, diga se é ótimo, bom, ruim ou péssimo? *(leia e assinale uma resposta para cada item)*

	Ótimo	Bom	Ruim	Péssimo
V127. Ter um líder forte que não precise se preocupar com deputados e senadores e com eleições.	1	2	3	4
V128. Ter técnicos especializados, ao invés de políticos, que tomem decisões que acham que são as melhores para o país.	1	2	3	4
V129. Ter um governo militar.	1	2	3	4
V130. Ter um sistema político democrático.	1	2	3	4

(MOSTRE O CARTÃO T)

Para a democracia muitas coisas são desejáveis, mas nem todas são consideradas fundamentais. Para cada uma das afirmativas, diga em que medida o(a) Sr(a) acha que são características fundamentais da democracia. Use esta escala, em que 1 significa que “não é uma característica fundamental da democracia” e 10, que “é uma característica fundamental da democracia”. *(leia e assinale uma resposta para cada item)*

	Não é uma característica fundamental da democracia									É uma característica fundamental da democracia
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
V131. O governo cobra impostos dos ricos e dá dinheiro aos pobres.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
V132. Autoridades religiosas interpretam as leis.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
V133. O povo escolhe seus líderes em eleições livres.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
V134. O povo recebe seguro-desemprego do governo.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
V135. As forças armadas assumem o governo quando ele for incompetente.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
V136. Direitos do cidadão protegem a liberdade do povo contra a opressão.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
V137. O Estado faz com que a renda das pessoas seja igual.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
V138. As pessoas obedecem aos seus governantes.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
V139. As mulheres tem os mesmos direitos que os homens.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

(MOSTRAR CARTÃO U)

V140. Em que medida é importante para o(a) Sr(a) viver em um país que é governado de maneira democrática? Nesta escala, em que 1 significa “nada importante” e 10 significa “totalmente importante”, que ponto o(a) Sr(a) escolheria? *(assinale um número)*

Nada importante										Totalmente importante
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

(MOSTRE O CARTÃO V)

V141. Em que medida o Brasil está sendo governado de maneira democrática hoje? Usando novamente a escala de 1 a 10, em que 1 significa “nada democrático” e 10 significa “totalmente democrático”, qual ponto o(a) Sr(a) escolheria? *(assinale um número)*

Nada democrático										Totalmente democrático
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

V142. Em que medida os direitos humanos são respeitados no Brasil hoje em dia? O(A) Sr(a) acha que: *(leia e assinale uma resposta)*

- 1 Há bastante respeito pelos direitos humanos.
- 2 Há uma quantidade razoável de respeito.
- 3 Não há muito respeito.
- 4 Não há respeito algum.

V143. Mudando de assunto, com que frequência o(a) Sr(a) pensa sobre o significado e o sentido da vida? *(leia e assinale uma resposta)*

- 1 Muitas vezes
- 2 Algumas vezes
- 3 Raramente
- 4 Nunca

V144. O(A) Sr(a) pertence a alguma religião ou grupo religioso? Se sim, qual? *(assinale uma resposta, marque “0” se o respondente não pertencer a nenhuma religião)*

Não: Não pertence a nenhuma religião	0
Sim: Católico Romano	1
Protestante	2
Ortodoxo (Russo/Grego/etc.)	3
Judeu	4
Mulçumano	5
Hindu	6
Budista	7
Espírita	9
Evangélico	10
Religiões de origem africana (umbanda, candomblé etc.)	11
Religiões de origem indígena	12
Outra	13

V145. Sem contar com casamentos e funerais, com que frequência o(a) Sr(a) participa de atividades religiosas atualmente? (*assinale uma resposta*)

- 1 Mais de uma vez por semana
- 2 Uma vez por semana
- 3 Uma vez por mês
- 4 Somente nos dias santos
- 5 Uma vez ao ano
- 6 Muito raramente
- 7 Nunca ou praticamente nunca

V146. Sem contar com casamentos e funerais, com que frequência o(a) Sr(a) reza/ora ? (*assinale uma resposta*):

- 1 Várias vezes ao dia
- 2 Uma vez por dia
- 3 Várias vezes durante a semana
- 4 Somente quando estou em atividades religiosas
- 5 Somente em dias santos
- 6 Uma vez por ano
- 7 Muito raramente
- 8 Nunca, praticamente nunca

V147. Independente de participar de eventos religiosos, o(a) Sr(a) se considera: (*leia e assinale uma resposta*)

- 1 Uma pessoa religiosa
- 2 Uma pessoa que não é religiosa
- 3 Um ateu

V148. O(A) Sr(a) acredita em Deus?

- 1 Sim
- 2 Não

V149. O(A) Sr(a) acredita no inferno?

- 1 Sim
- 2 Não

V150. Com quais das seguintes afirmações, o(a) Sr(a) concorda mais?

- 1 O significado básico da religião é seguir normas e cerimônias religiosas
- 2 O significado básico da religião é fazer bem para outras pessoas

- V151. E com quais das seguintes afirmações, o(a) Sr(a) concorda mais?
- 1 O significado básico da religião é dar sentido à vida após a morte
 - 2 O significado básico da religião é dar sentido à vida nesse mundo

(MOSTRE O CARTÃO Y)

V152. Em que medida Deus é importante em sua vida? Use essa escala para indicar. 10 significa “muito importante” e 1 significa “nada importante”. (assinale um número)

Nada importante											Muito importante
1	2	3	4	5	6	7	8	9		10	

Por favor, indique em que medida o(a) Sr(a) concorda ou discorda das afirmações seguintes:

		Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente	Não sabe
V153	Toda vez que existe conflito entre Religião e Ciência, a Religião sempre está certa.	1	2	3	4	-1
V154	A única religião aceitável é a minha religião.	1	2	3	4	-1
V155	Todas as religiões deveriam ser ensinadas nas escolas públicas.	1	2	3	4	-1
V156	Pessoas que pertencem a outras religiões são, provavelmente, tão moralmente boas quanto as que pertencem à minha religião	1	2	3	4	-1

Agora eu vou fazer algumas perguntas sobre a posição na sociedade de algumas pessoas de diferentes grupos de idade.

(MOSTRE O CARTÃO AB)

Gostaria de saber como o(a) Sr(a) pensa que a maioria dos brasileiros vê a posição social daqueles na faixa dos 20 anos, na faixa dos 40 anos e pessoas acima de 70 anos. Usando esse cartão, por favor, indique onde a maioria das pessoas iria colocar a posição de... **LER ITENS**

		Posição extremamente baixa na sociedade					Posição extremamente alta na sociedade					(Não sabe)
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	-1
V157	...na faixa dos 20 anos?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	-1
V158	...na faixa dos 40 anos?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	-1
V159	...pessoas com mais de 70?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	-1

Eu me vejo como alguém que...	Discordo totalmente	Discordo um pouco	Nem concordo nem discordo	Concordo um pouco	Concordo totalmente	Não sabe
V160A ...é reservado (discreto)	1	2	3	4	5	9
V160B ...é geralmente confiável	1	2	3	4	5	9
V160C ...tende a ser preguiçoso	1	2	3	4	5	9
V160D ...é tranquilo, lida bem com o stress	1	2	3	4	5	9
V160E ...tem poucos interesses pelas artes	1	2	3	4	5	9
V160F ...é extrovertido, sociável	1	2	3	4	5	9
V160G ...tende a achar falhas nos outros	1	2	3	4	5	9
V160H ...faz as coisas minuciosamente	1	2	3	4	5	9
V160I ...fica irritado facilmente	1	2	3	4	5	9
V160J ...tem uma imaginação fértil	1	2	3	4	5	9

(MOSTRE O CARTÃO AC)

V160. Por favor, indique em que medida o(a) Sr(a) acredita que os brasileiros achariam aceitável ou inaceitável se alguém capacitado com 30 anos de idade fosse indicada como seu chefe?

Use este cartão em que 1 significa que elas achariam completamente inaceitável e 10 significa completamente aceitável.

Completamente inaceitável												Completamente aceitável
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		

(MOSTRE O CARTÃO AD)

Agora imagine aqueles acima dos 70 anos. Usando esse cartão, por favor, indique em que medida é provável que os brasileiros vejam aqueles com mais de 70 anos...**LER ITENS...**

		Nada provável que sejam vistos assim		Muito provável que sejam vistos assim		(Não sabe)	
V161	...como amigáveis?	0	1	2	3	4	-1
V162	...como competentes?	0	1	2	3	4	-1
V163	...com respeito?	0	1	2	3	4	-1

(MOSTRE O CARTÃO AE)

V164. Por favor, indique em que medida o(a) Sr(a) acredita que os brasileiros achariam aceitável ou inaceitável se alguém capacitado com 70 anos de idade fosse indicada como seu chefe?

Use este cartão em que 1 significa que elas achariam completamente inaceitável e 10 significa completamente aceitável.

Completamente inaceitável											Completamente aceitável	NS = -1
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		

Agora, o(a) Sr(a) poderia indicar se concorda, concorda totalmente, discorda ou discorda totalmente de cada uma das seguintes afirmações?

	Concorda totalmente	Concorda	Discorda	Discorda totalmente
V165. Idosos não são muito respeitados hoje em dia	1	2	3	4
V166. Idosos recebem mais do governo do que deveriam receber.	1	2	3	4
V167. Idosos são um peso para sociedade.	1	2	3	4
V168. Empresas que empregam pessoas jovens tem melhor desempenho do que aquelas que empregam pessoas de diferentes idades.	1	2	3	4
V169. Pessoas velhas tem muita influência política.	1	2	3	4

V170. O(a) Sr(a) poderia me dizer em que medida você se sente seguro hoje em dia no seu bairro ou comunidade?

Muito seguro	1
Um pouco seguro	2
Um pouco inseguro	3
Muito inseguro	4
NS/NR	-1

Com que frequência as seguintes coisas ocorrem no seu bairro?

	Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Nada frequente	NS/NR
V171. Roubos	1	2	3	4	-1
V172. Consumo de álcool nas ruas	1	2	3	4	-1
V173. Interferência de policiais ou militares na vida privada das pessoas	1	2	3	4	-1

V174. Racismo	1	2	3	4	-1
V175. Venda de droga nas ruas	1	2	3	4	-1

Quais das seguintes coisas você já fez por razões de segurança? **(RESPOSTA MÚLTIPLA)**

	Sim	Não
V176. Não andar com muito dinheiro	1	2
V177. Preferiu não sair à noite	1	2
V178. Andou armado (faca, revólver, outra arma)	1	2

V179. O(a) Sr(a) foi vítima de algum crime durante o último ano?

V180. E com relação a sua família, algum familiar próximo foi vítima de algum crime durante o último ano?

	V179. Respondente	V180. Família
Sim	1	1
Não	2	2
NS/NR	-1	-1

Em que medida, o(a) Sr(a) está preocupado com relação às seguintes situações?

	Muito preocupado	Preocupado	Pouco preocupado	Nada preocupado	NS/NR
V181. Ficar desempregado	1	2	3	4	-1
V182. Que meus filhos não tenham um bom ensino	1	2	3	4	-1
V183. Uma guerra envolvendo o Brasil	1	2	3	4	-1
V184. Um ataque terrorista	1	2	3	4	-1
V185. Uma guerra civil	1	2	3	4	-1
V186. O governo grampear minhas chamadas de telefone ou ler as minhas correspondências ou <i>emails</i>	1	2	3	4	-1

V187. O(a) Sr(a) concorda ou discorda da seguinte afirmação:

“Em algumas situações, a guerra é necessária para se obter justiça”

1. Concorda
2. Discorda

Nos últimos 12 meses, com que frequência o(a) Sr(a) ou sua família

	Frequentemente	Algumas vezes	Raramente	Nunca	NS/NR
V188. Ficou sem comida suficiente	1	2	3	4	-1
V189. Sentiu-se inseguro na sua casa	1	2	3	4	-1
V190. Ficou sem remédios ou tratamento médico	1	2	3	4	-1
V191. Ficou sem renda	1	2	3	4	-1

Agora, vou ler algumas afirmações e gostaria que o(a) Sr(a) indicasse o quanto concorda ou discorda delas. Para essas questões, “1” significa que você “discorda totalmente” e 10 significa que você “concorda totalmente”. (*assinale um número para cada afirmação*):

V192. Ciência e tecnologia estão tornando nossa vida mais saudável, fácil e confortável.

Discorda totalmente										Concorda totalmente
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

- V193. Devido à ciência e à tecnologia a próxima geração terá mais oportunidades.
- | | | | | | | | | | | |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|------------------------------|
| Discorda
totalmente | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | Concorda
totalmente
10 |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|------------------------------|
- V194. Nós dependemos muito da ciência e nem tanto da fé.
- | | | | | | | | | | | |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|------------------------------|
| Discorda
totalmente | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | Concorda
totalmente
10 |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|------------------------------|
- V195. Uma das coisas ruins da ciência é que ela acaba com as ideias de certo e errado que as pessoas tem.
- | | | | | | | | | | | |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|------------------------------|
| Discorda
totalmente | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | Concorda
totalmente
10 |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|------------------------------|
- V196. Não é importante para mim saber de ciência no meu dia a dia.
- | | | | | | | | | | | |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|------------------------------|
| Discorda
totalmente | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | Concorda
totalmente
10 |
|------------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|------------------------------|
- V 197. De modo geral, o(a) Sr(a) diria que o mundo está melhor ou pior por causa da ciência e da tecnologia? Usando esta escala, diga qual das opiniões mais se aproxima da sua: 1 significa que “o mundo está muito pior” e 10 significa que “o mundo está muito melhor”. *(assinale um número)*
- | | | | | | | | | | | |
|----------------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|------------------------------------|
| O mundo está
muito pior | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | O mundo está
muito melhor
10 |
|----------------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|------------------------------------|

(MOSTRE O CARTÃO AA)

Por favor, indique para cada uma dessas ações se você acha que nunca se justificam, sempre se justificam ou alguma opinião entre essas duas, usando esse cartão *(leia e assinale uma alternativa para cada item)*:

	Nunca se justificam										Sempre se justificam									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
V198. Pedir benefícios do governo sem ter direito.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
V199. Evitar pagar passagem em transporte público.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
V200. Roubar propriedade dos outros	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
V201. Não pagar impostos se tiver a chance.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
V202. Aceitar suborno para cumprir seu dever.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
V203. Homossexualidade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
V203A. Prostituição	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
V204. Aborto	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
V205. Divórcio	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
V206. Sexo antes do casamento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
V207. Suicídio	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
V207A. Eutanásia (provocar a morte de uma pessoa que tenha uma doença que não tem cura)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
V208. O homem bater na esposa.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
V209. Os pais baterem nos filhos.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
V210. Violência contra outras pessoas.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

V211. Em que medida o(a) Sr(a) é orgulhoso de ser brasileiro? *(leia e assinale uma resposta)*

- 1 Muito orgulhoso
- 2 Orgulhoso
- 3 Não muito orgulhoso
- 4 Não sou orgulhoso

5 Eu não sou brasileiro (*não leia! assinale só se a resposta for espontânea*)
(*MOSTRE O CARTÃO AF*)

As pessoas têm diferentes visões sobre elas próprias e como se relacionam com o mundo. Usando este cartão, diga em que medida o(a) Sr(a) concorda ou discorda de cada uma das afirmativas sobre a forma como o(a) Sr(a) se vê. (*leia e assinale uma resposta para cada item*)

	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente
V212. Eu me vejo como um cidadão do mundo.	1	2	3	4
V213. Eu me vejo como um cidadão da minha comunidade.	1	2	3	4
V214. Eu me vejo como um membro da nação brasileira.	1	2	3	4
V215. Eu me vejo como membro da América Latina.	1	2	3	4
V216. Eu me vejo como uma pessoa isolada.	1	2	3	4

As pessoas usam diferentes fontes para se informar sobre o que está acontecendo no Brasil e no mundo. . Para cada uma das seguintes fontes, indique se utiliza para ter informações diariamente, semanalmente, mensalmente, menos que mensalmente ou nunca. (*leia e assinale uma resposta para cada item*):

	Diariamente	Semanalmente	Mensalmente	Menos que mensalmente	Nunca
V217. Jornal diário	1	2	3	4	5
V218. Revistas	1	2	3	4	5
V219. Jornais de TV	1	2	3	4	5
V220. Jornais de rádio	1	2	3	4	5
V221. Celular	1	2	3	4	5
V222. Email	1	2	3	4	5
V223. Internet	1	2	3	4	5
V224. Conversas com amigos ou colegas	1	2	3	4	5

V225. Com que frequência o(a) Sr(a) usa computador pessoal? (*leia e assinale uma resposta*)

- 1 Nunca
- 2 Raramente
- 3 Frequentemente
- 4 Não sei o que é um computador (*não leia, assinale só se a resposta for espontânea*)

Quando tem eleições, você vota sempre, frequentemente ou nunca?
Por favor, responda para cada um dos seguintes níveis: (*leia e assinale uma resposta para cada item*)

	Sempre	Frequente mente	Nunca
V226. Nível local (vereadores, deputados estaduais e prefeitos)	1	2	3
V227. Nível nacional (governadores, deputados federais e presidente)	1	2	3

(*MOSTRE O CARTÃO AI*)

V228. Se houvesse uma eleição amanhã, o(a) Sr(a) votaria em qual partido dessa lista? Fale o número do cartão. Se o(a) Sr(a) não tem certeza, qual partido o(a) atrai mais? (*assinale uma resposta*)

0. Nenhum
1. PDT
2. DEM
3. PMDB
4. PP
5. PSDB
6. PSOL
7. PT
8. PTB
9. PV
10. PCdoB
11. PPS

- 12. PR
- 13. PSB
- 14. PSC
- 15. Outro

Em sua opinião, com que frequência as seguintes situações ocorrem nas eleições no Brasil?

	Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Nada frequente	NS/NR
V228A. Os votos são apurados corretamente	1	2	3	4	-1
V228B. Candidatos da oposição são impedidos de concorrer	1	2	3	4	-1
V228C. Os noticiários da TV favorecem os partidos do governo	1	2	3	4	-1
V228D. Eleitores são subornados	1	2	3	4	-1
V228E. Jornalistas realizam uma cobertura imparcial das eleições	1	2	3	4	-1
V228F. Os juízes eleitorais agem de forma correta	1	2	3	4	-1
V228G. Os ricos compram as eleições	1	2	3	4	-1
V228H. Eleitores são ameaçados com violência nas zonas eleitorais	1	2	3	4	-1
V228I. Eleitores podem fazer uma escolha livre nas eleições	1	2	3	4	-1

V228J Algumas pessoas acham que ter eleições honestas faz uma grande diferença em suas vidas; outras pessoas acreditam que isso não tem muita importância.

O(a) Sr(a) acha que eleições honestas exercem um papel importante na possibilidade de você e sua família terem uma boa vida? *(Se a resposta for "não", assinale 4)*
Se sim, em que medida o(a) Sr(a) diria que é importante?

- 1. Muito importante
- 2. Importante
- 3. Pouco importante
- 4. Nada importante

V228K O(a) Sr(a) acha que eleições limpas são um fator importante para que o País se desenvolva economicamente? *(Se a resposta for "não", assinale 4)*
Se sim, em que medida o(a) Sr(a) diria que é importante?

- 1. Muito importante
- 2. Importante
- 3. Pouco importante
- 4. Nada importante

(MOSTRE O CARTÃO AJ)

Usando uma escala que vai de 1 a 5, por favor indique se o(a) Sr.(a) concorda ou discorda das seguintes afirmações:

		Discorda plenamente		Não concorda nem discorda		Concorda plenamente
V228L	Um parlamentar deveria perder o mandato se trocar de partido depois das eleições	1	2	3	4	5
V228M	O Brasil deve participar em mais missões militares da ONU para aumentar a sua chance de assegurar um assento permanente no Conselho de Segurança	1	2	3	4	5
V228N	Ao invés de financiar projetos de empresas brasileiras no exterior o BNDES deve priorizar o financiamento de atividades no Brasil	1	2	3	4	5
V228O	É justo que as universidades públicas reservem vagas para pessoas afrodescendentes	1	2	3	4	5
V228P	É justo que as universidades públicas reservem vagas para pessoas de famílias de baixa renda	1	2	3	4	5
V228Q	Casais homossexuais devem ter o direito de se casar	1	2	3	4	5
V228R	O aborto deve ser proibido em qualquer circunstância	1	2	3	4	5

V229_1. O(A) Sr(a) está empregado agora ?

1. Sim (Vá para a V229_2)
2. Não (Vá para a V229_3)

V229_2. Sim, tem emprego remunerado:

quantas horas por semana? Se há mais de um emprego, responder somente sobre o emprego principal. (*assinale uma resposta*)

- | | |
|--|---|
| Emprego de período integral (30h por semana ou mais) | 1 |
| Emprego de meio-período (Menos de 30h por semana) | 2 |
| Autônomo | 3 |

V229_3. Não, não tem emprego remunerado

- | | |
|-------------------------------|---|
| Aposentado ou pensionista | 4 |
| Dona de casa não remunerada | 5 |
| Estudante | 6 |
| Desempregado | 7 |
| Outro (<i>anote</i>): _____ | 8 |

V230. O(A) Sr(a) está trabalhando para o governo, para a empresa privada ou indústria, ou para uma Organização privada não-lucrativa? Se não está trabalhando atualmente, considere seu principal trabalho no passado. Você trabalha ou trabalhou para: (*leias as opções e assinale uma resposta*)

- 1 Governo ou instituição pública
- 2 Empresa privada ou indústria
- 3 Organização privada não-lucrativa

V231. As tarefas que o(a) Sr(a) executa no trabalho são na maioria manuais ou intelectuais? Se não está trabalhando atualmente, considere seu principal trabalho no passado. Use essa escala em que 1 significa “mais tarefas manuais” e 10 significa “mais tarefas intelectuais”: (*assinale uma resposta*)

- | | | | | | | | | | | | |
|----------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|----|--|---------------------------|
| Mais tarefas manuais | | | | | | | | | | | Mais tarefas intelectuais |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | | |

V232. As tarefas que executa no trabalho são na maioria repetidas ou criativas? Se não está trabalhando atualmente, considere seu principal trabalho no passado. Use essa escala em que 1 significa “mais tarefas rotineiras” e 10 significa “mais tarefas criativas”: *(assinale uma resposta)*

Mais tarefas rotineiras										Mais tarefas criativas
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

V233. Em que medida o(a) Sr(a) é independente nas tarefas em que executa no seu trabalho? Se não está trabalhando atualmente, considere seu principal trabalho no passado. Use essa escala para indicar seu grau de independência em que 1 significa “nenhuma independência” e 10 significa “total independência”: *(assinale uma resposta)*

Nenhuma independência										Total independência
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

V234. O(A) Sr(a) é chefe ou já foi chefe de outras pessoas no trabalho? *(assinale uma resposta)*

- 1 Sim
- 2 Não

V235. O(A) Sr(a) recebe o salário mais alto de sua casa? *(assinale uma resposta)*

- 1 Sim
- 2 Não

V236. A pessoa de sua família que tem o salário mais alto está empregada agora? *(assinale uma resposta)*

- 1 Sim
- 2 Não

V237. No ano passado, a sua família: *(leia e assinale uma resposta)*

- 1 Guardou dinheiro
- 2 Gastou o dinheiro que ganhou
- 3 Gastou algumas economias da família
- 4 Gastou as economias da família e fez empréstimos

V238. As pessoas às vezes se descrevem como pertencendo à classe alta, à classe média ou classe baixa. O(A) Sr(a) se descreve como pertencendo à: *(leia e assinale uma resposta)*

- 1 Classe alta
- 2 Classe média-alta
- 3 Classe média
- 4 Classe média-baixa
- 5 Classe baixa

(MOSTRE O CARTÃO AK)

V239. Neste cartão existe uma escala de rendimentos sendo que 1 indica o grupo de rendimento mais baixo e 10 o grupo de rendimento mais alto no Brasil. Gostaríamos de saber em qual dos grupos se situa o sua renda familiar. Por favor, indique o número apropriado, contando com todos os salários, vencimentos, pensões e outros rendimentos que sua família recebe:

Nível mais baixo de salários										Nível mais alto de salários
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

DEMOGRAFIA

V240. *(anote sem perguntar):*

- 1 Masculino
- 2 Feminino

V241. Qual é o ano de seu nascimento? 19____ (*escreva os dois últimos dígitos*)

V242. Isso significa que o(a) Sr(a) tem ____ anos (*escreva a idade com dois dígitos*).

A sua mãe e seu pai são imigrantes no Brasil? Por favor, indique separadamente para cada um: (*leia e assinale uma resposta para cada item*)

	Imigrante	Não é imigrante
V243. Mãe	1	2
V244. Pai	1	2

V245. O(a) Sr(a) nasceu neste País ou é imigrante?

- 1 Eu nasci neste País.
- 2 Eu sou imigrante neste País.

V246. O(a) Sr(a) é um cidadão deste País?

- 1 Sim, eu sou um cidadão deste País.
- 2 Não, eu não sou um cidadão deste País.

V247. Que língua você fala normalmente em casa (*assinale uma resposta*)

- 6 Português

V248. Qual é o maior nível educacional que o(a) Sr(a) atingiu? [*Atenção: se for estudante, assinale o nível que espera completar*]

- 1 Não frequentou a escola
- 2 Ensino fundamental incompleto
- 3 Ensino fundamental completo
- 4 Ensino médio profissionalizante incompleto
- 5 Ensino médio profissionalizante completo
- 6 Ensino médio incompleto
- 7 Ensino médio completo
- 8 Ensino superior incompleto
- 9 Ensino superior completo

V249. Com que idade o(a) Sr(a) completou (ou vai completar) o seu nível educacional, seja na escola ou numa instituição de educação superior? Por favor, não considere educação fora da escola [*Atenção: se for estudante, assinale o nível que espera completar*]:

_____ (*anote a idade com dois dígitos*)

V250. O(A) Sr(a) mora com seus pais? (*assinale uma resposta*)

- 1 Sim
- 2 Não

ENCERRE A ENTREVISTA E AGRADEÇA AO (A) ENTREVISTADO (A).

Hora do término da entrevista: _____

OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR

V251. Interesse do entrevistado (*assinale o grau de interesse demonstrado pelo entrevistado*):

- 1 O entrevistado estava bastante interessado.
- 2 O entrevistado estava razoavelmente interessado.
- 3 O entrevistado não estava interessado.

V252. Privacidade da entrevista (*assinale se a entrevista foi realizada em local privado ou não*):

- 1 Não havia ninguém ao redor que pudesse acompanhar a entrevista.
- 2 Haviam outras pessoas em volta que poderiam estar ouvindo a entrevista.

V253. (*assinale o tamanho da população da cidade*):

- 1 menos de 2.000 habitantes
- 2 de 2.000 a 5.000 habitantes
- 3 de 5.000 a 10.000 habitantes
- 4 de 10.000 a 20.000 habitantes
- 5 de 20-50.000
- 6 de 50-100.000
- 7 de 100-500.000
- 8 500.000 ou mais habitantes

V254. (*assinale o grupo étnico usando apenas a observação*):

- 1 Branco
- 2 Negro
- 3 Moreno ou pardo
- 4 Oriental: chinês, japonês etc
- 5 Indígena
- 6 Outro (*anote*): _____

V255. O respondente era alfabetizado ou analfabeto?

- 1 Alfabetizado
- 2 Analfabeto

V256 (*Assinale a UF em que a entrevista foi feita*):

Norte	Centro-Oeste
1 Acre	17 Distrito Federal
2 Amapá	18 Goiás
3 Amazonas	19 Mato Grosso
4 Pará	20 Mato Grosso do Sul
5 Rondônia	Sudeste
6 Roraima	21 Espírito Santo
7 Tocantins	22 Minas Gerais
Nordeste	23 Rio de Janeiro
8 Alagoas	24 São Paulo
9 Bahia	Sul
10 Ceará	25 Paraná
11 Maranhão	26 Santa Catarina
12 Paraíba	27 Rio Grande do Sul
13 Pernambuco	
14 Piauí	
15 Rio Grande do Norte	

16 Sergipe	
------------	--

V257. *(Indique a língua em que a entrevista foi conduzida):*

1 Português

V258. Peso (Fator de correção da amostra)